

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

**Demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)
em 31 de dezembro de 2019
e Relatório dos auditores independentes**

Março de 2020

CONTEÚDO DESTE RELATÓRIO

- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)
- Relatório da Administração
- Demonstrações financeiras e notas explicativas



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - CODEMGE

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Codemge” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfases

- 1) Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para o elevado grau de dependência da Codemge dos dividendos repassados pela controlada Codemig que totalizaram R\$ 538 milhões em 2019 (R\$ 574 milhões em 2018) e é parte substancial da geração de caixa operacional da Companhia. Por sua vez, a Codemig tem a sua receita originária da Sociedade em Conta de Participação mantida com a CBMM para exploração de Nióbio,

conforme descrito na Nota explicativa 1 c). O recurso desta sociedade é essencial para a manutenção das atividades da Codemge e da Codemig, conforme demonstrado na Nota explicativas 23. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser analisadas nesse contexto.

- 2) Em face da importância dos assuntos, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 d) às demonstrações financeiras, que descreve sobre i) a existência do Projeto de Lei 1.203/19, enviado pelo Governo do Estado de Minas Gerais à Assembleia Legislativa, onde se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, objetivando a privatização e outras formas de desestatização da Codemig; e ii) a cessão onerosa de direitos creditórios de titularidade do Estado de Minas Gerais, oriundos de dividendos da Codemig, à terceiros, principalmente relacionada à venda de nióbio, aprovada na forma da Lei estadual 23.477/2019. Não tivemos conhecimento de que a cessão onerosa de direitos creditórios poderá afetar as operações da Codemge ou sobre a necessidade de ser realizado algum ajuste sobre suas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019. Nossa Opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outro assunto

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós, sobre as quais emitimos relatório em 14 de março de 2019 contendo Opinião com ressalva com relação a ausência de evidência de auditoria suficiente e apropriada sobre o valor da participação da Codemge em 31 de dezembro de 2018 nas coligadas IAS – Industria de Avião e Serviços, Helibrás – Helicópteros do Brasil e Arqia – Datora Mobile, no montante total R\$128,6 milhões, e também sobre o valor da participação da Companhia no FIP Aerotec no montante de R\$36,7 milhões. Posteriormente a emissão do nosso relatório, foi possível obter as evidências necessárias sobre estes ativos para a data-base de 31 de dezembro de 2018 e, conseqüentemente, não há qualquer impacto no presente relatório referente a limitação apresentada anteriormente sobre os saldos de abertura do exercício de 2019. Referido Relatório ainda conteve parágrafo de Ênfase de mesmo teor do parágrafo 1) da seção “Ênfases” supra.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras individuais e consolidada e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Codemge é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Codemge continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o

objetivo de expressarmos uma Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da Companhia, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma Opinião sobre as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2020

NEXIA TEIXEIRA Auditores

CRC MG 5.194



Adriano Rezende Thomé

Sócio e Diretor

Contador

CRC MG-77.874-0/6

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) é uma empresa estatal, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Minas Gerais, organizada sob a forma de sociedade por ações, tendo o Estado como único acionista. A Codemge é resultado de um processo de reorganização societária de cisão parcial da Codemig, carregando, portanto, seu objeto social e desempenhando o papel de desenvolvimento no Estado de Minas Gerais. Dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, a Codemge tem o controle acionário da Codemig e da Codepar. Esse conglomerado de participações corresponde ao Grupo Econômico da Codemge (“Grupo”).

Sua atuação está voltada para gerar novas oportunidades de investimentos, aumentar a competitividade de Minas e propiciar bons negócios para o setor produtivo mineiro. Após o processo de cisão, foram realizadas outras transações de reorganização societária que definiram a Codemge como acionista majoritária da Codemig (51%), usufruindo da participação desta na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), para exploração do nióbio.

Em 2019, a Codemig teve resultados significativos derivados da sua participação na SCP com a CBMM. Atualmente, a Codemig tem como único negócio a exploração do nióbio, por meio da referida Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. Ressaltamos que a comparabilidade entre os resultados de 2019 e 2018 deve levar em consideração que a Codemge fora criada em 31 de janeiro de 2018 e que, portanto, estão presentes, em seu resultado de 2018, as operações de 11 meses, findos em 31 de dezembro de 2018.

EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em **volume de desembolsos**, o Grupo distribuiu em dividendos a seus acionistas, ao todo, **R\$466 milhões**, decorrentes de dividendos intercalares de 2018 e 2019. Além desses, o Grupo distribuiu, durante o exercício de 2018, dividendos intermediários, lastreados nos lucros apurados no próprio exercício, no montante de R\$881 milhões. Conforme política de dividendos da Codemge, ainda há R\$69 milhões de dividendos a serem declarados como dividendos mínimos, os quais já se encontram no passivo do Grupo, muito embora sua deliberação ocorra, provavelmente, apenas na Assembleia Geral Ordinária da Codemge. Além desses, a Codemig, em 31 de dezembro de 2019, ainda tinha um montante de R\$26 milhões a pagar ao Estado, de dividendos declarados.

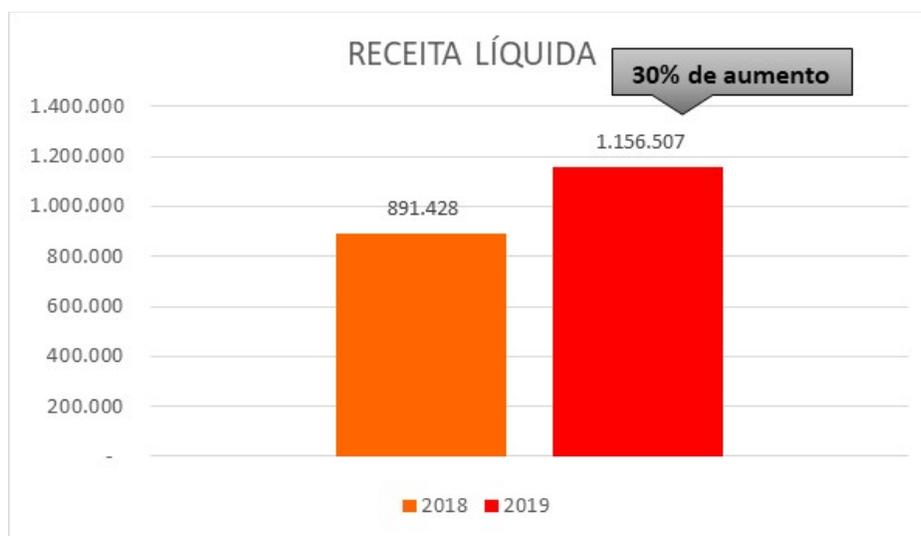
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RECEITA LÍQUIDA

O Grupo atingiu em 2019 a receita líquida de **R\$1.157 milhões**, muito devido ao incremento dos lucros recebidos da Sociedade em Conta de Participação mantida com a CBMM.



A receita líquida auferida em 2019 pela Codemge foi 30% maior do que a de 2018 — em números absolutos, foram registrados R\$265 milhões a mais do que em 2018.

Como imposto de renda devido à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, ao fim do exercício de 2019, foram registrados R\$481 milhões, os quais foram repassados à CBMM em janeiro de 2020. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2019, considerando o valor pago em janeiro de 2020 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$567 milhões no ano.

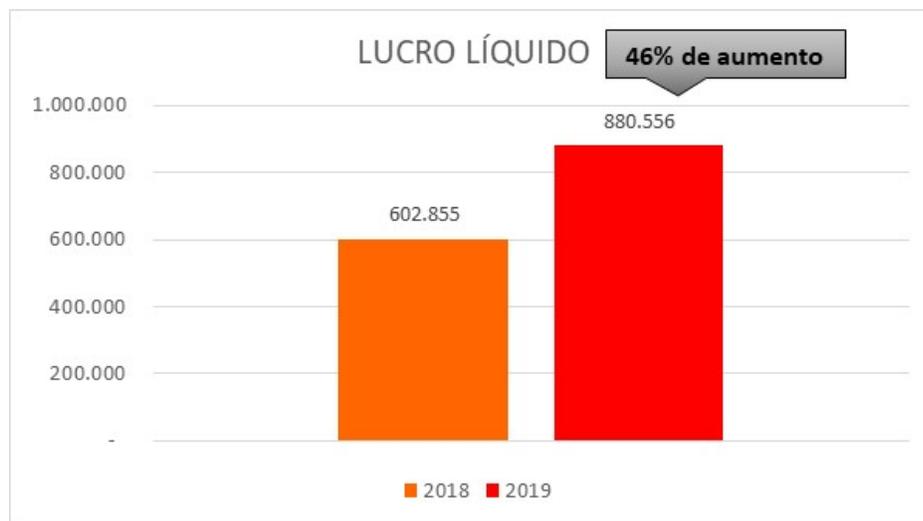
Principalmente devido a esse incremento de resultado da SCP, em 2019, a Codemge incrementou em 46% seu resultado positivo de 2018, atingindo um lucro líquido de **R\$881 milhões**.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em 31 de dezembro de 2019

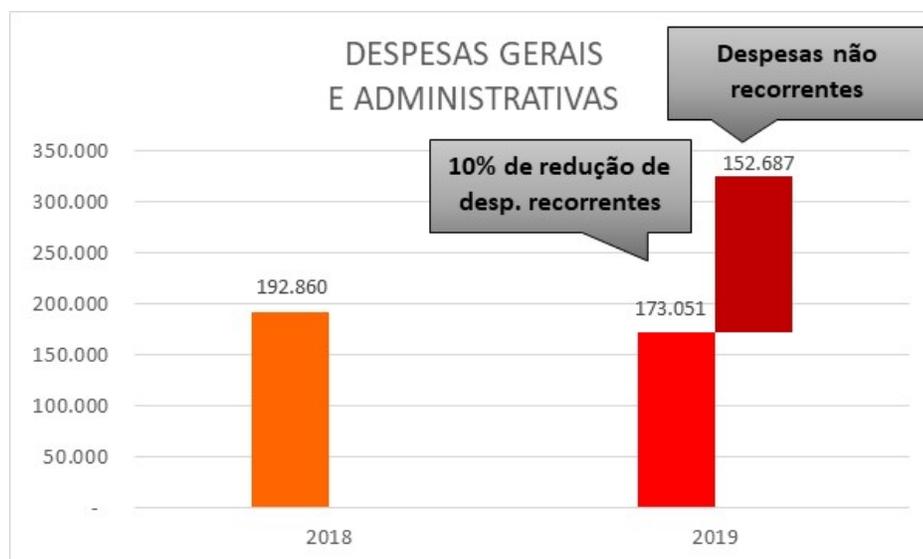
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LUCRO LÍQUIDO



Embora, em valores absolutos, o incremento do lucro (R\$278 milhões) muito se assemelhe ao incremento da receita líquida (R\$265 milhões), diversos fatores não recorrentes impediram o Grupo de alcançar resultados ainda melhores, sendo todos estes registrados em suas despesas gerais e administrativas.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS



O incremento das despesas gerais e administrativas se deu substancialmente devido a fatos isolados, não correlacionados, não recorrentes e de valor relevante, que impactaram na redução do resultado da Companhia em R\$153 milhões. O *impairment* das benfeitorias no prédio que abrigará o P7 Criativo (R\$46 milhões) decorreu de mudanças na estrutura do projeto ao final do exercício de 2019, que não permitiram ao Grupo conseguir estimar

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a expectativa de rentabilidade do projeto. Após a concretização de todas as mudanças de governança e a concretização dos planos para o projeto, o Grupo irá, na medida da rentabilidade estimada, reverter a provisão feita nesse exercício. Além disso, foi feito o *impairment* de um terreno no bairro Bom Sucesso (R\$22 milhões) e de outro, desapropriado, próximo à Cidade Administrativa (R\$39 milhões), ambos considerando os planos da administração do Grupo de doar tais terrenos ao Estado de Minas Gerais, em consonância com os planos deste.

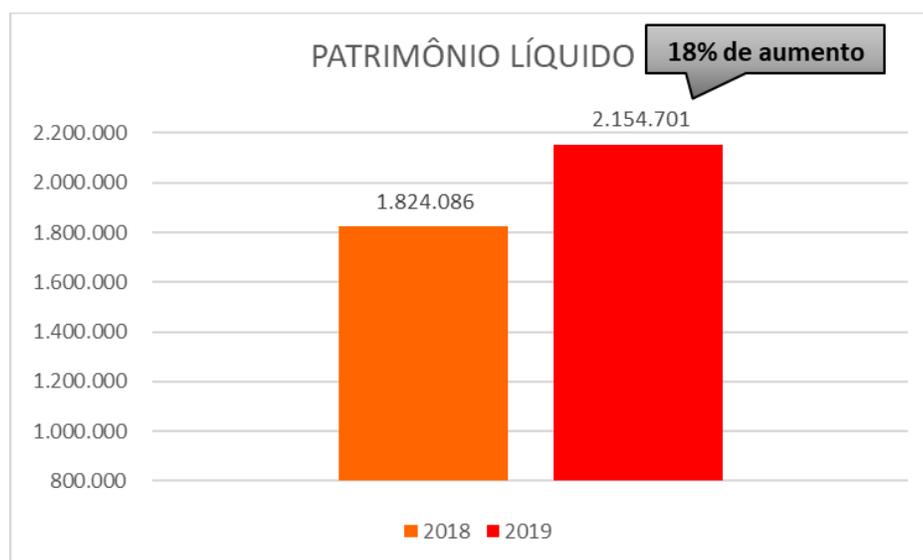
Além disso, o Grupo avaliou todos os ativos recebidos do Estado com pendências de regularização da sua transferência cartorial para o CNPJ das entidades pertencentes ao Grupo, de modo a considerar quais são as obrigações tributárias incidentes sobre os mesmos. Em 2019, derivado desse trabalho, o Grupo registrou perdas tributárias no montante total de R\$24 milhões, parte já quitada (R\$9 milhões) e outra ainda registrada em suas contingências (R\$15 milhões).

Por fim, no início do exercício, o Grupo, reavaliando seu risco de perda, realizou um acordo para findar um processo judicial que culminou no registro de R\$22 milhões em suas contingências, integralmente quitados durante o exercício de 2019 – vide nota 24 (iv).

Para garantir um resultado positivo e incrementar os lucros do Estado de Minas Gerais, a Codemge trabalhou incessantemente para reduzir o impacto das despesas mencionadas, que, se não tratadas, trariam um impacto relevante na redução do lucro do Grupo. Como parte desse trabalho, os gastos com convênios foram reduzidos em 88% (R\$73 milhões), e incrementamos nosso resultado financeiro em 64% (R\$18 milhões), mesmo com a grande queda da taxa DI – principal *benchmark* dos investimentos do Grupo.

Descontinuamos o projeto Voe Minas Gerais em junho de 2019, acreditando que ele cumpriu seu papel de desenvolvimento da aviação regional e fomentou o mercado e os órgãos reguladores a trabalharem para viabilizar tal modalidade de transporte.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



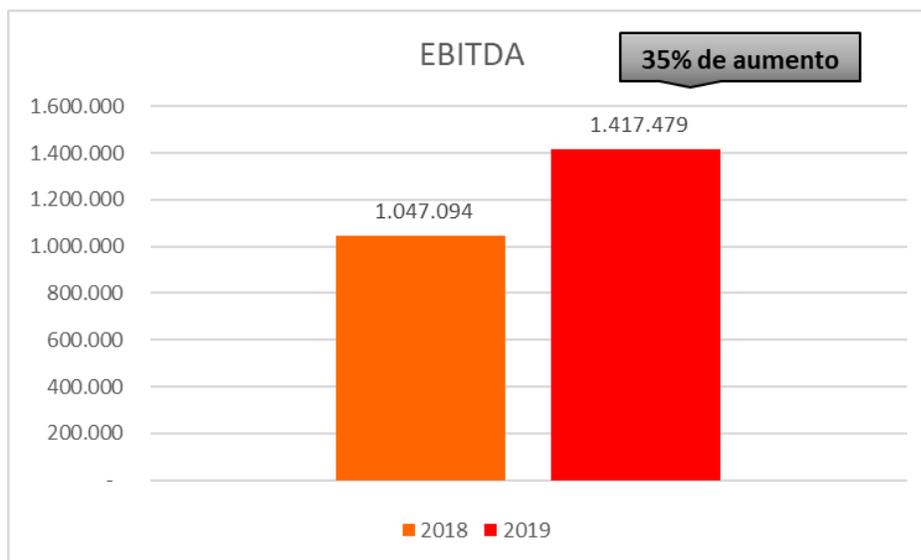
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O **patrimônio líquido** do Grupo aumentou em R\$331 milhões, ou seja, variou em 18% na comparação com 2018. Tal elevação considera três fatores importantes: o lucro do Grupo, a redução de capital ocorrida e a distribuição de dividendos ao Estado. O Grupo apurou um resultado abrangente — lucro do exercício acrescido de outros resultados abrangentes — de R\$893 milhões. Em 31 de março de 2019, a Assembleia Geral da Codemge reduziu R\$124 milhões de capital social, sendo que o Estado recebeu, como contrapartida, ações da Codemig, aumentando sua participação de 30% para 49%. Além disso, o Grupo já destinou R\$562 milhões líquidos ao Estado de Minas Gerais (seu principal acionista), dos quais ainda não haviam sido pagos, ao final do exercício, R\$95 milhões (R\$69 milhões pela Codemge e R\$26 milhões pela Codemig).

EBITDA



A variação positiva de 35% do EBITDA do Grupo, R\$370 milhões, decorre substancialmente do aumento do lucro apurado no exercício de 2019, comparativamente a 2018, adicionado ao incremento de contas a pagar à CBMM, derivado dos tributos sobre o lucro da SCP, que foi incrementado em R\$112 milhões no ano de 2019.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de
Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	227.414	165.076	471.004	504.751
Títulos e valores mobiliários	6	197.313	31.301	679.960	101.621
Contas a receber	7	17.577	4.818	131.959	178.424
Dividendos e JCP a receber	8	27.060	3.912	669	5.410
Tributos a recuperar	9	1.375	948	3.548	8.466
Partes relacionadas	16	819	3.519	-	3.163
Outros ativos circulantes	10	13.081	354	13.081	354
Total do ativo circulante		484.639	209.928	1.300.221	802.189
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	100.531	40.294
Tributos a recuperar	9	16.296	17.596	23.530	21.819
Depósitos judiciais	11	10.550	11.715	10.574	11.717
Estoque de imóveis a comercializar	12	31.886	31.154	31.886	31.154
Outros ativos financeiros	13.1	176.249	170.388	299.895	207.170
		234.981	230.853	466.416	312.154
Investimentos	13.2	751.721	763.054	238.982	211.334
Imobilizado	14	480.248	522.586	1.088.556	1.138.381
Intangível	15	29.737	24.227	29.756	24.246
		1.261.706	1.309.867	1.357.294	1.373.961
Total do ativo não circulante		1.496.687	1.540.720	1.823.710	1.686.115
Total do ativo		1.981.326	1.750.648	3.123.931	2.488.304

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de
Em milhares de reais

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Contas a pagar	17	3.001	4.874	544.300	431.434
Tributos a recolher	18	4.236	4.269	4.439	7.316
Salários e encargos sociais	19	12.705	13.553	12.705	13.559
Adiantamentos e cauções recebidas	20	1.962	2.728	21.480	2.748
Partes relacionadas	16	19.511	3.621	-	-
Dividendos a pagar	22(e)	69.116	3	95.114	4
Outras contas a pagar		3.178	1.077	3.178	1.076
Total do passivo circulante		113.709	30.125	681.216	456.137
Não circulante					
Contas a pagar	17	-	-	45.839	49.324
Adiantamentos e cauções recebidas	20	6	77	194.573	136.656
Provisão para contingências	21	6.026	3.141	47.602	22.101
Partes relacionadas	16	69.050	101.549	-	-
Total do passivo não circulante		75.082	104.767	288.014	208.081
Total passivo		188.791	134.892	969.230	664.218
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido	22				
Capital social		751.091	875.395	751.091	875.395
Reserva de capital		580.943	580.943	580.943	580.943
Ajustes de avaliação patrimonial		13.951	1.923	13.951	1.923
Reservas de lucro		446.550	157.495	446.550	157.495
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.792.535	1.615.756	1.792.535	1.615.756
Participação dos não controladores		-	-	362.166	208.330
Total do patrimônio líquido		1.792.535	1.615.756	2.154.701	1.824.086
Total do passivo e patrimônio líquido		1.981.326	1.750.648	3.123.931	2.488.304

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Operações continuadas					
Receita líquida	23	51.793	34.866	1.156.507	891.428
Lucro bruto		51.793	34.866	1.156.507	891.428
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(285.350)	(185.519)	(325.738)	(192.860)
Gastos com convênios	25	(10.126)	(82.942)	(10.364)	(83.016)
Resultado com participações societárias	13.2	593.030	601.934	(756)	(15.933)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	9.285	(15.361)	20.559	(11.996)
		306.839	318.112	(316.299)	(303.805)
Lucro antes do resultado financeiro		358.632	352.978	840.208	587.623
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	31.715	16.257	54.393	36.472
Despesas financeiras	27	(795)	(20.060)	(9.364)	(9.072)
		30.920	(3.803)	45.029	27.400
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		389.552	349.175	885.237	615.023
Imposto de renda e contribuição social	28	-	-	(536)	(4.200)
Lucro do exercício de operações continuadas		389.552	349.175	884.701	610.823
Operações descontinuadas					
Prejuízo do período de operações descontinuadas	2(a)	(4.145)	(7.968)	(4.145)	(7.968)
Lucro líquido do exercício		385.407	341.207	880.556	602.855
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				385.407	341.207
Participação dos não controladores				495.149	261.648
				880.556	602.855
Lucro por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)					
Lucro / (prejuízo) básico e diluído por ação					
De operações continuadas	29			1.898,21	1.845,62
De operações descontinuadas	29			(20,20)	(42,12)
				1.878,01	1.803,51

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício					
De operações continuadas		389.552	349.175	884.701	610.823
De operações descontinuadas		(4.145)	(7.968)	(4.145)	(7.968)
		<u>385.407</u>	<u>341.207</u>	<u>880.556</u>	<u>602.855</u>
Realização de ganho na variação do percentual de controle de controlada		-	(621)	-	(621)
Ganho / (perda) de valor justo de investimentos avaliados a VJORA	13.1	-	(7.368)	18.810	(12.226)
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo		-	-	(6.396)	1.652
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	13.2	12.028	(2.999)	(386)	207
		<u>401.580</u>	<u>338.187</u>	<u>896.729</u>	<u>599.835</u>
Resultado abrangente das operações continuadas		<u>401.580</u>	<u>338.187</u>	<u>896.729</u>	<u>599.835</u>
Resultado abrangente das operações descontinuadas		<u>(4.145)</u>	<u>(7.968)</u>	<u>(4.145)</u>	<u>(7.968)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>397.435</u>	<u>330.219</u>	<u>892.584</u>	<u>591.867</u>
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				397.435	330.219
Participação dos não controladores				<u>495.149</u>	<u>261.648</u>
				<u>892.584</u>	<u>591.867</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva retenção de lucros				
Em 31 de janeiro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão dos ativos da CODEMIG	956.872	-	12.911	45.936	316.812	-	1.332.531	7	1.332.538
Saldo inicial após cisão	956.872	-	12.911	45.936	316.812	-	1.332.531	7	1.332.538
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	341.207	341.207	261.648	602.855
Outros resultados abrangentes									
Perda de valor justo de investimentos avaliados a VJORA	-	-	(7.368)	-	-	-	(7.368)	-	(7.368)
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controladas	-	-	(2.999)	-	-	-	(2.999)	-	(2.999)
Realização de ganho na variação do percentual de controle de controlada	-	-	(621)	-	-	-	(621)	(7)	(628)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(10.988)	-	-	341.207	330.219	261.641	591.860
Outras mutações no patrimônio líquido									
Aumento de capital	62	-	-	-	-	-	62	-	62
Ágio na emissão de ações	-	580.943	-	-	-	-	580.943	-	580.943
Redução de capital	(81.539)	-	-	-	-	-	(81.539)	-	(81.539)
Efeitos na participação dos não controladores na aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	-	193.104	193.104
Liquidação de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(287)	(287)
Constituição de reservas	-	-	-	17.060	87.131	(104.191)	-	-	-
Constituição de dividendos	-	-	-	-	(309.444)	(237.016)	(546.460)	(246.135)	(792.595)
Em 31 de dezembro de 2018	875.395	580.943	1.923	62.996	94.499	-	1.615.756	208.330	1.824.086
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	385.407	385.407	495.149	880.556
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controladas	-	-	12.028	-	-	-	12.028	-	12.028
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	12.028	-	-	385.407	397.435	495.149	892.584
Outras mutações no patrimônio líquido									
Redução de capital (nota 22 (a))	(124.304)	-	-	-	-	-	(124.304)	124.304	-
Constituição de dividendos (nota 22 (e))	-	-	-	-	-	(96.352)	(96.352)	(465.617)	(561.969)
Em 31 de dezembro de 2019	751.091	580.943	13.951	62.996	94.499	289.055	1.792.535	362.166	2.154.701

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	385.407	341.207	880.556	602.855
Ajuste de:				
Depreciação e amortização	8.406	10.741	14.458	12.802
Registro / (reversão) de perda por redução ao valor recuperável de ativos	108.203	(1.440)	104.269	(2.981)
(Reversão) / registro de perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	363	4.128	363	4.785
Provisão / (reversão) de provisão para litígios	25.160	(502)	25.618	(622)
Receitas financeiras	(19.486)	(9.424)	(24.369)	(13.996)
Despesas financeiras	216	18.452	8.534	7.057
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	1.455	38.111	1.455	38.198
Perda na baixa de partes relacionadas	-	-	3.163	-
Resultado de equivalência patrimonial	(593.030)	(601.934)	756	15.933
Resultado de instrumentos financeiros capitalizados	-	669	-	-
Variações em provisões, benefícios e incentivos	(4.215)	(120)	24.137	9.568
Extinção de investida	-	-	-	(2.685)
Ajustes de ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	(109.873)	(28.897)	(433.613)	50.368
Redução / (aumento) no contas a receber	(14.112)	(982)	45.112	(95.276)
Redução / (aumento) dos impostos e contribuições a recuperar	1.900	(47)	2.294	(2.030)
Aumento de estoque de imóveis	(2.352)	(605)	(2.352)	(605)
Redução / (aumento) de depósitos judiciais	958	115	936	(17)
(Aumento) / redução de ativos líquidos com partes relacionadas	(921)	213.090	-	14.829
(Aumento) / redução de outros ativos	(8.275)	(187)	(8.275)	1.106
(Redução) / aumento no contas a pagar	(1.873)	(15.865)	93.134	410.487
(Redução) / aumento dos tributos a recolher	(33)	3.277	(1.671)	8.380
Redução de provisão para litígios	(22.275)	-	(22.930)	-
(Redução) / aumento de salários e encargos sociais	(848)	2.066	(854)	340
Aumento de adiantamentos de clientes	224	21	77.710	48.054
(Redução) / aumento de outras contas a pagar	(901)	916	(898)	877
Dividendos recebidos	538.219	574.348	5.850	5.247
Juros pagos	-	-	-	(4.720)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(359)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	292.317	547.138	793.383	1.107.595
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte em títulos e valores mobiliários	(53.749)	-	(233.900)	(54.250)
Resgate de títulos e valores mobiliários	854	-	20.270	66.128
Aquisição de imobilizado	(69.942)	(43.734)	(69.942)	(43.734)
Custos de desenvolvimento	(6.566)	(3.893)	(6.566)	(3.893)
Aquisição de direitos contratuais, marcas e patentes e software	(147)	(2.396)	(147)	(2.402)
Aquisição de investimento em coligadas	-	-	-	(81.613)
Aporte de capital em controladas e coligadas	(73.190)	(106.253)	(1.932)	(1.040)
Aporte em fundos de investimento	-	-	(68.054)	(30.258)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(202.740)	(156.276)	(360.271)	(151.062)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Valor recebido pela emissão de ações ordinárias	-	320.661	-	320.661
Amortização do principal das debêntures	-	-	-	(325.990)
Dividendos distribuídos	(27.239)	(546.447)	(466.859)	(792.582)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(27.239)	(225.786)	(466.859)	(797.911)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	62.338	165.076	(33.747)	158.622
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	165.076	-	504.751	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de janeiro (nota 1 (a))	-	-	-	346.129
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	227.414	165.076	471.004	504.751
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	62.338	165.076	(33.747)	158.622

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Companhia” ou “Codemge”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações, e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”) resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”). Atualmente, a Codemge possui o controle acionário da Codemig e da Codemge Participações – CODEPAR (“Codepar”) e possui participação minoritária em diversas empresas (vide rol completo na nota 2.3(c)) e este conglomerado de participações corresponde ao Grupo Econômico da Codemge (“Grupo”), a qual está apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para efeito da leitura dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a criação da Codemge deve ser considerada uma reorganização societária da Codemig e de suas atividades. Da mesma maneira, a aquisição de ações, e consequentemente de controle da Codemig, deve ser lida sob a ótica de combinação de negócios sob controle comum, sendo assim tal transação não gerou qualquer efeito de resultado, geração de ágio ou alteração de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações como um todo, inclusive na demonstração dos fluxos de caixa. Ademais, o Estado de Minas Gerais é também acionista direto na Codemig, com 49% de participação, de modo que não há acionistas minoritários na consolidação do Grupo. Sendo assim, onde se lê “Participação dos não controladores”, entenda que refere-se a participação do Estado na Codemig e não a outros minoritários.

(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, sendo transformado na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determinou, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

O projeto de abertura de capital da Codemig objetiva diversificar o seu capital, com a finalidade de promover maior dinamismo e autonomia à condução dos negócios sociais. Ao mesmo tempo, pretende continuar viabilizando o interesse coletivo, por meio de políticas públicas, em prestígio aos princípios da impessoalidade, da eficiência, da economicidade e da supremacia do bem comum.

A partir desse interesse, objetivando um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para “Initial Public Offer”), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), quando então foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- (i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;

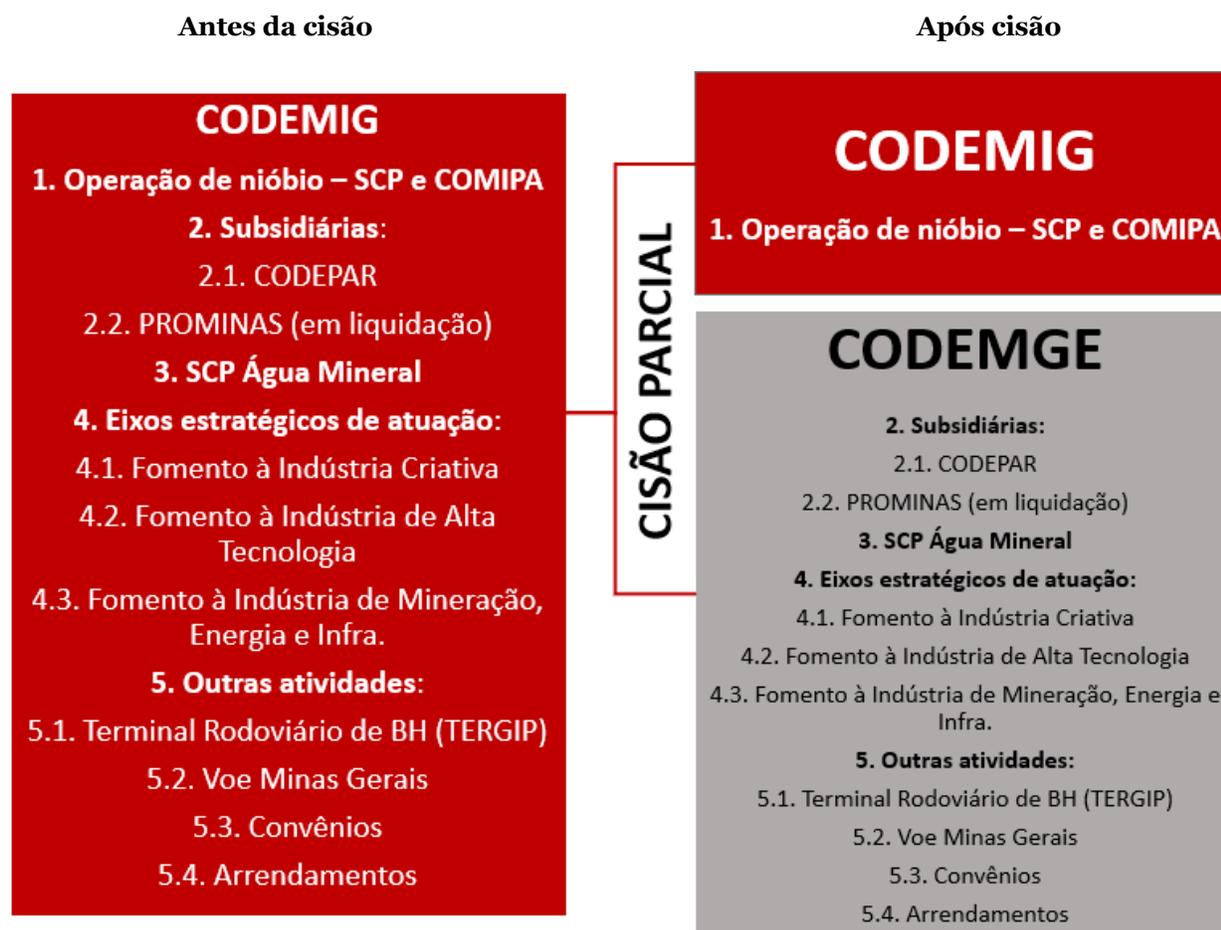
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- (iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Companhia.

A seguir, resumo dos negócios que serão geridos por cada uma das empresas resultantes da cisão:



Desde a cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1.(c)) e atividades vinculadas às Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do exercício, tem o objetivo de distribuir no mínimo 70% dos lucros através de dividendos intermediários ou intercalares mensais, por deliberação do Conselho de Administração. A Codemge, portanto, continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementarmente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

A cisão parcial da Codemig foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017. A referida operação implicou redução de seu patrimônio líquido na exata proporção do acervo líquido cindido e vertido para a Codemge. A data

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da efetivação da cisão, como aprovado pelos acionistas, foi 31 de janeiro de 2018, tendo sido estabelecido na Justificação da Cisão Parcial, que devem ser imputados à Nova Companhia (Codemge) as variações patrimoniais que tenham ocorrido na parcela do patrimônio cindido, entre a data-base (31/12/2017) e a data da efetivação da cisão (31/01/2018).

O acervo líquido cindido à Codemge na data da efetivação da cisão está composto como abaixo:

Ativo	31/01/2018	Passivo	31/01/2018
Circulante		Circulante	
Títulos e valores mobiliários	130.767	Contas a pagar	16.530
Contas a receber	4.483	Tributos a recolher	991
Dividendos antecipados e a receber	394	Salários e encargos sociais	11.117
Impostos e contribuições a recuperar	620	Outras contas a pagar	5.609
Outros ativos circulantes	1.027		
		Total do passivo circulante	34.247
Total do ativo circulante	137.291		
Não circulante		Não circulante	
Impostos e contribuições a recuperar	14.941	Contas a pagar	4.180
Depósitos judiciais	16.200	Provisão para contingências	3.423
Estoque de imóveis a comercializar	30.707	Partes relacionadas	98.109
Outros ativos financeiros	177.756		
Partes relacionadas	97.180	Total do passivo não circulante	105.712
Investimentos	186.793	Patrimônio líquido	
Imobilizado	793.204	Capital social	956.872
Intangível	18.418	Ajustes de avaliação patrimonial	12.911
		Reservas de lucro	362.748
Total do ativo não circulante	1.335.199	Total do patrimônio líquido	1.332.531
Total do ativo	1.472.490	Total do passivo e patrimônio líquido	1.472.490

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Companhia estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo Ministério Público de Minas Gerais (“MPMG”) e administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração da Companhia monitora de perto o andamento de tais processos.

(b) Objeto social

Como resultado da cisão, a Codemge tem por objeto social os mesmos objetos da Codemig antes da cisão, quais sejam: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente;

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar parceria público-privada, na forma da legislação pertinente; (xiii) proteger e preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais, em conformidade com os convênios firmados em cada caso; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros no mercado interno ou internacional.

De acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge possui prioridade na execução das atividades desenvolvidas elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Companhia. Mais informações sobre a referida lei estadual na nota 1 (d).

(c) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Codemig no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Codemig, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos do Grupo contra a CBMM, conforme sua natureza.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de vigência contratual de 30 anos, renováveis por outros 30. Em 2002 houve uma primeira renovação, que se encontra atualmente em vigor, e portanto sua vigência vai até 2032.

(d) Cessão dos direitos creditórios do Estado de MG sobre os dividendos da Codemig e projeto de lei de privatização da Codemig

Em 09 de outubro de 2019, foram enviados pelo Governo de Minas à ALMG três novos Projetos de Lei, dos quais dois abrangem a Codemig, o PL 1.203/19 e o PL 1.205/19. O PL 1.203/19 autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Companhia mediante i) alienação de ações de controle acionário, ii) abertura de capital, iii) aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial de direitos de subscrição, iv) alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações, v) dissolução ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a possibilidade de alienação de ativos, vi) extinção ou cisão, vii) concessão, parceria público-privada, permissão ou autorização de serviços públicos e viii) outros institutos legais que se fizerem necessários.

A administração do Grupo está acompanhando as movimentações que tramitam na ALMG do projeto de lei 1.203/19. O envolvimento do Grupo no andamento do mesmo é de esclarecimento de dúvidas que por ventura o legislativo venha a apresentar.

Já o PL 1.205/19 que dispõe sobre a cessão onerosa de direitos creditórios de titularidade do Estado de Minas Gerais em caráter definitivo oriundos da Companhia à terceiros, sejam eles pessoas jurídicas de direito privado ou fundos de investimento, foi aprovado na forma da lei estadual 23.477, de 05 de dezembro de 2019. As possibilidades de crédito enumeradas pela lei foram dividendos e juros sobre capital próprio devidos ao Estado de Minas Gerais, em decorrência de sua posição de titular de 49% do capital social da Codemig. A lei limita o prazo dos direitos creditórios a serem cedidos até 31 de dezembro de 2032 e isenta o Estado de Minas Gerais de qualquer responsabilidade ou coobrigação pela solvência dos direitos creditórios a serem cedidos ou dos devedores de tais direitos. Ainda é importante salientar que a lei determinou que o quadro societário da Codemig não poderá ser alterado até 31 de dezembro de 2032, mantendo a participação do Estado em 49% e da Codemig de 51%, bem como a manutenção dos fluxos de recursos oriundos dos direitos creditórios na mesma proporção da participação societária. Além disso, a Lei Estadual 23.477/19 determinou que a Codemig tem prioridade na assunção das atividades de desenvolvimento econômico em detrimento da Codemig, uma vez que ambas possuem o mesmo objeto social, e que a Codemig somente poderá executar atividades fora do negócio de nióbio com aprovação legislativa e com a anuência de ambos os sócios.

Depois de avaliar algumas alternativas de captação de recursos, o Estado de Minas Gerais optou por estruturação mediante oferta de cotas de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, a qual será o detentor de direitos creditórios representados pelos dividendos e juros sobre capital próprio aos quais o Estado de Minas Gerais faz jus pelas ações preferenciais que detém (49% do total de ações preferenciais).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, transferido o direito de receber o valor correspondente a tais dividendos, a Codemig passa a ser devedora em relação aos dividendos de tais ações preferenciais não mais do Estado de Minas Gerais (cedente), mas ao FIDC (cessionário).

A inclusão da Codemig como anuente do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios é necessária para garantir ao mercado que os dividendos serão pagos ao investidor.

(e) **Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela administração da Companhia em 27 de março de 2020.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, a orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Conforme apresentado na nota 1 (a), considerando a criação da Codemge em 31 de janeiro de 2018, essas demonstrações foram elaboradas considerando para fins de análise comparativa o período de 11 meses findos em 31 de dezembro de 2018 uma vez que este seria o período de existência da Companhia durante o exercício de 2018.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.5.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o período de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.6 e 2.7.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

(a) **Operações descontinuadas: Conclusão Projeto Voe Minas Gerais**

O Voe Minas Gerais, Projeto de Integração Regional – Modal Aéreo, foi uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) em parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA (à época SETOP), lançada em agosto de 2016. O projeto oferecia voos

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

entre Belo Horizonte e cidades do interior do Estado com o objetivo de fomentar os negócios regionais, desenvolver o turismo e permitir acesso rápido a eventos e serviços. As viagens eram realizadas em aviões de pequeno porte, modelo Cessna Grand Caravan 208 B, homologados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para o transporte de até nove passageiros.

O Voe Minas Gerais foi descontinuado pela Codemge a partir de 30 de junho de 2019 após uma avaliação dos projetos em andamento, buscando melhorias e o adequado atendimento ao povo mineiro. A decisão pelo encerramento da iniciativa levou vários fatores em consideração na análise, entre eles a realidade financeira atual do Estado e o valor de subsídio demandado pelo projeto para sua operação.

O resultado do projeto nas demonstrações em análise está apresentado a seguir:

Demonstração do resultado	Controladora e consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2019	Onze meses findos em 31/12/2018
Receita líquida	2.620	4.120
Custo dos serviços prestados	(6.635)	(11.900)
Lucro bruto	(4.015)	(7.780)
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(239)	(206)
Lucro antes do resultado financeiro	(4.254)	(7.986)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	137	89
Despesas financeiras	(28)	(71)
Prejuízo do exercício	(4.145)	(7.968)

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e não tiveram impactos materiais para o Companhia:

- IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais de acordo com o critério anterior, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

Como a Companhia não possui contratos de arrendamento como arrendatária, e como não ocorreram alterações significativas nas práticas contábeis de arrendadores, a administração não identificou impactos relevantes da adoção desta norma em suas demonstrações.

- IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionadas a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas notas 2.5 e 27, respectivamente.

As normas elencadas a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

Norma	Principais alterações
Aprimoramento anual Ciclo 2015-2017	<p>IAS 12/CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" - esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.</p> <p>IAS 23/CPC 20 - "Custos de Empréstimos": a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.</p> <p>IFRS 3/CPC 15 - "Combinação de Negócios": esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta (sob IFRS 11) da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (step-acquisition). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição.</p> <p>IFRS 11/CPC 19 - "Negócios em Conjunto": esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta.</p>
Alterações no IAS 19/CPC 33 - "Benefícios a Empregados"	<p>A alteração específica que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações.</p>
Alterações no IAS 28 - "Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto"	<p>IAS 28 - "Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto." O IFRS 9 exclui de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o IAS 28. A alteração ao IAS 28 esclareceu que a referida exclusão de escopo no IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou joint venture que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do IFRS 9.</p>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Investidas</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>% participação</u>
<u>Controladas</u>		<u>2019</u>
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	51
CODEPAR – Codemge Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	100

2.3 Investimentos

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e do Grupo não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em suas coligadas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ágio

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição de participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(c) Quadro resumo das Controladas e Coligadas e participações

Nos exercícios apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

Investidas	Principal atividade	% participação	
		2019	2018
Controladas			
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	51	70
CODEPAR – Codemge Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	100	100
Coligadas			
COMIPA – Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51
IAS – Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	15	15
Helibrás – Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	16	16
Arqia	Telecomunicações móvel	-	43
Datora Participações	Telecomunicações	23	-
Biotech Town	Biotecnologia	49	49
Companhia Brasileira de Lítio – CBL	Mineração de lítio e produção de compostos químicos	33	33
SCP Água Mineral	Envase e comercialização de água mineral	51	51
Fundos de investimento			
FIP Aerotec	Aeroespacial e manufaturas aditivas e avançadas	90	90
FIP Seed for Science	Capital semente em biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas e materiais avançados	10	10
FIP Biotec	Biotecnologia e ciências da vida	74	74
Funcine	Indústria cinematográfica	95	95

2.4 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

(b.1) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(b.2) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA ou valor justo por meio do resultado - VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao VJR.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b.3) Redução ao valor recuperável

O Grupo aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando opinião de empresas especializadas sobre as áreas de atuação do Grupo, dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. Para os demais contas a receber, o Grupo avaliou, por meio das metodologias de avaliação disponíveis retro mencionadas registrou um *impairment* do contas a receber de R\$12.476, dos quais R\$8.885 já estavam reconhecidos pela Codemig anteriormente à Cisão. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.5 (b) e na nota 7.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

(c) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI no momento de criação da Codemig, e posteriormente cindidos da Codemig na criação da Codemge.

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado para perda. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo.

(d) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política do Grupo, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna do Grupo, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o Grupo revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital do Grupo. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

(i) *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente, com periodicidade específica à cada investimento, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(ii) *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica à cada ativo, mas no mesmo período do ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(g) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Prédios e benfeitorias	26 a 80 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política do Grupo, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil está é ajustada de forma prospectiva.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento reconhecidos como ativo, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo também é testado anualmente.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. As principais provisões reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia são suas contingências.

(j) Benefícios pós-aposentadoria

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela Fundação Libertas de Seguridade Social – LIBERTAS, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 01 de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 01 de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Codemge (patrocinadora).

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. O valor que o Grupo contribuiu para o plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.277 (R\$2.231 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do IFRS 15/CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 21.

(I) Tributos sobre a renda

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributo diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, entende que tal cenário não será revertido em um futuro próximo, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

2.6 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e especialistas do Grupo, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Custos de desenvolvimento

Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na nota 2.5 (h). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$26.707. Vide nota 15.

(c) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos especialistas internos e externos.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a nota 2.2 (a). A metodologia utilizada para os testes de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração de cada investida.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos do Grupo, foram consideradas premissas específicas relativas aos fluxos operacionais e de investimento de cada uma das empresas, que variam de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados, taxas de utilização da capacidade instalada, necessidade de investimentos, oportunidade de otimização, entre outros fatores. Essas premissas relativas às projeções operacionais refletem as perspectivas e iniciativas contidas nos planos de negócios de cada investida.

A expectativa de evolução da receita das investidas é assim apresentada:

Empresas	Variação anual da receita líquida				
	2019	2020	2021	2022	2023
CBL	10,1%	11,5%	2,8%	2,8%	2,8%
IAS	40,00%	29,3%	19,7%	16,8%	1,4%
Helibrás	4,3%	4,9%	3,5%	4,2%	4,4%
Datora Participações	32,1%	97,6%	11,1%	12,1%	13,5%

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação e no aumento das vendas para os próximos anos.

Empresas	Variação anual dos custos e das despesas				
	2019	2020	2021	2022	2023
CBL	26,8%	10,9%	2,8%	2,8%	2,8%
IAS	53,8%	11,0%	19,4%	17,0%	1,3%
Helibrás	7,3%	12,3%	1,6%	3,0%	3,4%
Datora Participações	20,3%	97,2%	10,8%	11,8%	13,2%

A taxa de desconto utilizada foi calculada, entre outros fatores, com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual de cada uma das investidas, bem como a carga tributária aplicável no capital de terceiros. A taxa de desconto real utilizada foi entre de 9,11% e 9,84% a.a.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 5 anos uma vez que este é o período utilizado pelo Grupo para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade sem crescimento real para todas as unidades geradoras de caixa das investidas. Vide nota 13.2.

2.7 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Assim, considerando que a Codemge tem sua origem na cisão parcial da Codemig, na condição de cindenta poderá utilizar prejuízos fiscais, apurados na cindida, proporcional ao percentual do patrimônio vertido no evento especial, para redução dos tributos a pagar apurados em períodos futuros. Ainda, a Companhia apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, prejuízo fiscal acumulado no valor de R\$327.708. Entretanto a Companhia não possui expectativa de lucros tributáveis em um futuro próximo.

Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% (alíquota tributária vigente) de 30% dos lucros projetados (limite de utilização de prejuízos fiscais), conforme benefício fiscal vigente, capazes de utilizar os prejuízos fiscais constituídos nesse exercício e aqueles oriundos da Cisão. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos. Para conciliação da taxa efetiva dos tributos sobre o lucro, vide nota 27.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita do Grupo é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Codemig, enquanto a principal receita da Companhia é advinda da equivalência patrimonial da Codemig, que por sua vez não é tributável pela legislação atual. No julgamento da administração, avaliando suas despesas tributáveis atuais, não há expectativa de lucros tributáveis futuros em todas as empresas do Grupo.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 47 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez e risco de crédito (concentração).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

				Controladora
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019				
Contas a pagar	3.001	-	-	3.001
Contas a pagar com partes relacionadas	19.511	19.511	49.539	88.561
Adiantamentos e cauções recebidos	1.962	6	-	1.968
Em 31 de dezembro de 2018				
Contas a pagar	4.874	-	-	4.874
Contas a pagar com partes relacionadas	3.621	24.394	77.155	105.170
Adiantamentos e cauções recebidos	2.728	77	-	2.805

					Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Contas a pagar	544.300	18.437	27.402	-	590.139
Adiantamentos e cauções recebidos	21.480	19.517	97.557	77.499	216.053
Em 31 de dezembro de 2018					
Contas a pagar	431.434	16.553	32.771	-	480.758
Adiantamentos e cauções recebidos	2.748	19.588	88.258	28.810	139.404

(a) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Codemig derivados dessa operação. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados integralmente e tempestivamente.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

(c) Risco cambial

O Grupo não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam o Grupo eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o efeito de variação cambial.

3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	Controladora			
	31 de dezembro de 2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
VJR				
Títulos e valores mobiliários	-	144.094	-	144.094
VJORA				
BDMG	-	-	176.249	176.249
Total do ativo	-	144.094	176.249	320.343
	31 de dezembro de 2018			
	Nível1	Nível2	Nível3	Saldo total
Ativo				
VJR				
Títulos e valores mobiliários	-	31.301	-	31.301
VJORA				
BDMG	-	-	170.388	170.388
Total do ativo	-	31.301	170.388	201.689

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
VJR				
Títulos e valores mobiliários	-	572.931	-	572.931
VJORA				
BDMG	-	-	176.249	176.249
FIP Aerotec	-	106.279	-	106.279
FIP Seed for Science	-	2	-	2
FUNCINE	-	4.905	-	4.905
FIP Biotec	-	12.460	-	12.460
Total do ativo	-	696.577	176.249	872.826
	31 de dezembro de 2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
VJR				
Títulos e valores mobiliários	-	121.599	-	121.599
VJORA				
BDMG	-	-	170.388	170.388
FIP Aerotec	-	36.739	-	36.739
FIP Seed for Science	-	43	-	43
Total do ativo	-	158.381	170.388	328.769

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	227.414	165.076	471.004	504.751
Títulos e valores mobiliários	53.219	-	207.560	20.316
Contas a receber	17.577	4.818	131.959	177.365
Contas a receber com partes relacionadas	819	3.519	-	3.163
Dividendos e JCP a receber	27.060	3.912	669	5.410
	326.089	177.325	811.192	711.005
VJR				
Títulos e valores mobiliários	144.094	31.301	572.931	121.599
	144.094	31.301	572.931	121.599

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
VJORA				
BDMG	176.249	170.388	176.249	170.388
FIP Aerotec	-	-	106.279	36.739
FIP Seed for Science	-	-	2	43
FUNCINE	-	-	4.905	-
FIP Biotec	-	-	12.460	-
	176.249	170.388	299.895	207.170
Total de instrumentos financeiros ativos	646.432	379.014	1.684.018	1.039.774
Passivos				
Custo amortizado				
Contas a pagar	3.001	4.874	590.139	480.758
Contas a pagar com partes relacionadas	88.561	105.170	-	-
Adiantamentos e cauções recebidas	1.968	2.805	216.053	139.404
Dividendos a pagar	69.116	3	95.114	4
Total de instrumentos financeiros passivos	162.646	112.852	901.306	620.166

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos (conta movimento)	2.274	23.184	3.124	30.863
Certificados de depósitos bancários – CDB	225.140	141.892	467.880	473.888
	227.414	165.076	471.004	504.751

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou operações compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade.

Estes instrumentos tiveram com remuneração média 100,98% e 101,28% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), individual e consolidado, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (100,72% e 100,90% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras em CDB (i)	41.163	-	155.573	-
Fundos de investimento (ii)	144.094	31.301	542.812	97.118
Debêntures (iii)	-	-	30.119	24.481
Letras financeiras	12.056	-	51.987	20.316
	197.313	31.301	780.491	141.915
Circulante	197.313	31.301	679.960	101.621
Não circulante	-	-	100.531	40.294
	197.313	31.301	780.491	141.915

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Aplicações financeiras do Grupo em CDB, que não possuem liquidez diária, com carência de 3 a 12 meses e remuneração média de 106,01% e 105,89% do CDI, individual e consolidado, respectivamente. A gestão de caixa do Grupo busca compatibilizar a necessidade de liquidez da empresa e oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.
- (ii) Os fundos de investimento do Grupo se constituem como parte de seus ativos financeiros disponíveis em tesouraria. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Os fundos de investimento apresentaram remuneração média de 101,45% e 103,23% do CDI, individual e consolidado, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (98,89% e 95,89% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Codemig				
CEMIG	-	-	10.586	-
COPASA	-	-	5.033	-
Codepar				
Arqia	-	-	-	20.020
BiotechTown	-	-	14.500	4.461
	-	-	30.119	24.481
Circulante	-	-	181	4.187
Não circulante	-	-	29.938	20.294
	-	-	30.119	24.481

A Codepar aplicou em debêntures emitidas pelas suas investidas como parte de sua estratégia de *funding*. Nesse sentido, foram adquiridas debêntures da Arqia no montante de R\$20.000 remuneradas em 140% do CDI. Em dezembro de 2019, as debêntures foram integralmente transferidas a Datora Participações S.A., como parte da negociação para aquisição de participação em seu capital social. Vide nota 13.2 para maiores informações. Também foram adquiridas pela Codepar debêntures do BiotechTown, remuneradas à 100% do CDI e com vencimento em 20 anos. Já as aplicações da Codemig visam diversificação e melhor remuneração.

7 Contas a receber

As contas a receber do Grupo correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data base de apresentação desta demonstração financeira. Considerando o recebimento mensal dos resultados da SCP, o saldo do contas a receber, se comparado com exercício anterior, pode apresentar oscilações sem correlação à comparação das receitas entre os exercícios divulgados, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, o Grupo possui também valores a receber decorrentes: de arrendamentos, da administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro, da venda de imóveis no curso normal das atividades e da comercialização de água mineral. Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>				
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	-	-	114.366	173.562
<u>Outros contas a receber:</u>				
Arrendamentos e recebíveis operacionais	26.807	16.045	26.823	16.090
Contas a receber por venda de imóveis	2.589	333	2.589	333
Demais contas	-	46	657	702
	29.396	16.424	144.435	190.687
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(11.819)	(11.606)	(12.476)	(12.263)
	17.577	4.818	131.959	178.424

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A Vencer	17.748	3.554	132.130	177.160
Vencidos:				
Em até 30 dias	375	556	375	556
Entre 30 e 60 dias	110	195	110	195
Entre 60 e 90 dias	45	215	45	215
Entre 90 e 180 dias	61	194	61	194
Há mais de 180 dias	11.057	11.710	11.714	12.367
	29.396	16.424	144.435	190.687

Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda. Levando em consideração as informações históricas sobre índices de inadimplência da Companhia e suas controladas para os demais valores de contas a receber, o crédito decorrente desses saldos a vencer também é de alta liquidez com baixo risco de perda. O prazo médio de recebimento desses valores é inferior a 30 dias.

A movimentação do saldo de perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(11.606)	-	(12.263)	-
Saldo advindo da cisão	-	(7.546)	-	(8.885)
Constituição	(363)	(4.140)	(363)	(4.797)
Reversão por recebimento do título	150	68	150	1.407
Reversão por baixa do título / perda	-	12	-	12
Saldo final	(11.819)	(11.606)	(12.476)	(12.263)

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Dividendos e JCP a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Dividendos a receber Codemig	27.060	-	-	-
Dividendos a receber Comipa	-	-	624	961
Juros sobre capital próprio BDMG	-	3.912	-	3.912
Juros sobre capital próprio CBL	-	-	45	537
	27.060	3.912	669	5.410

Os juros sobre capital próprio a receber da CBL correspondem aos resultados apurados pela investida em 2019. Durante o exercício, a CBL distribuiu JCP durante todos os meses, sendo que os pagamentos foram efetuados nos meses posteriores ao da distribuição. Os dividendos da COMIPA referem-se ao resultado da investida durante o exercício de 2019. Na controladora, o valor de dividendos a receber referem-se aos dividendos intercalares deliberados conforme ata da 1.414ª Reunião de Diretoria, realizada em 17 de dezembro de 2019.

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	16.583	17.435	25.531	24.959
Contribuição social	742	743	839	1.082
Tributos diferidos	-	-	213	3.732
Outros impostos e contribuições a recuperar	346	366	495	512
	17.671	18.544	27.078	30.285
Circulante	1.375	948	3.548	8.466
Não circulante	16.296	17.596	23.530	21.819
	17.671	18.544	27.078	30.285

O saldo deste grupo corresponde principalmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras do Grupo. Pelo fato do grupo apresentar prejuízos fiscais recorrentes, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação.

10 Outros ativos circulantes

Referem-se, substancialmente à adiantamento de fornecedores para compra de equipamentos para o projeto LabFab ITR. A expectativa da administração é de que o laboratório-fábrica seja inaugurado, com os referidos equipamentos, no exercício de 2020.

O saldo de outros ativos circulantes pode ser demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento à fornecedores	12.857	-	12.857	-
Demais adiantamentos	224	354	224	354
	13.081	354	13.081	354

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa bem como para garantir a liquidação de obrigações futuras inerentes à outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados na medida em que os processos judiciais transitam em julgado.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	10.168	11.353	10.168	11.353
Demais depósitos	382	362	406	364
	10.550	11.715	10.574	11.717

12 Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio do Grupo na consecução de seu objetivo social e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Distritos industriais	12.685	10.947
Ribeirão das Neves	27.185	27.185
Sete Lagoas	1.713	1.672
Governador Valadares	1.095	1.095
Araxá	9	-
	42.687	40.899
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(10.801)	(9.745)
	31.886	31.154

A política de provisão para perda por redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada alienação do ativo pelo Grupo.

13 Participações societárias e outros ativos financeiros

Este grupo de contas é composto por *i*) participações societárias de controladas e coligadas, sobre as quais a Codemge exerce influência significativa e controle, respectivamente; e *ii*) outros ativos financeiros, composto por outras empresas em que não existe influência significativa - instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O saldo é dividido como segue:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outros ativos financeiros (13.1)	176.249	170.388	299.895	207.170
Participações societárias (13.2)	751.721	763.054	238.982	211.334
	927.970	933.442	538.877	418.504

13.1 Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Participação acionária direta				
BDMG				
Saldo inicial	170.388	-	170.388	-
Saldo advindo da cisão	-	177.756	-	177.756
Reconhecimento inicial ao valor justo	-	(7.368)	-	(7.368)
Aquisição de cotas	5.861	-	5.861	-
	176.249	170.388	176.249	170.388
Participação em fundos de investimento				
FIP AEROTEC				
Saldo inicial	-	-	36.739	-
Saldo advindo da cisão	-	-	-	11.382
Aquisição de cotas	-	-	50.120	30.198
Valorização / (desvalorização) de cotas	-	-	19.420	(4.841)
	-	-	106.279	36.739
FIP SEED FOR SCIENCE				
Saldo inicial	-	-	43	-
Aquisição de cotas	-	-	61	60
Desvalorização de cotas	-	-	(102)	(17)
	-	-	2	43
FUNCINE				
Aquisição de cotas	-	-	5.000	-
Desvalorização de cotas	-	-	(95)	-
	-	-	4.905	-
FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA				
Aquisição de cotas	-	-	12.873	-
Desvalorização de cotas	-	-	(413)	-
	-	-	12.460	-
Total	176.249	170.388	299.895	207.170

BDMG

Em 2012 a Codemig adquiriu ações ordinárias de emissão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, banco público controlado pelo Governo de Estado de Minas Gerais e, portanto, parte relacionada do Grupo. O aporte de capital no BDMG teve como objetivo (i) induzir de forma indireta o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, pela alavancagem da capacidade do banco de conceder financiamento para

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empreendimentos de pequeno, médio e grande porte no Estado de Minas Gerais; e (ii) gerar retorno sobre o capital da Companhia.

A Codemig não obteve controle ou influência significativa através desta operação e, portanto, não vinha tratando este investimento como investimento em coligada, e sim, como investimento disponível para venda. No momento inicial da cisão, tal investimento foi avaliado ao custo, pelo fato das ações do BDMG não serem cotadas em mercado ativo e o seu valor justo não poder ser confiavelmente mensurado, conforme era permitido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

No entanto, a partir de 2018, após a cisão, tal ativo passou a ser mensurado pelo seu valor justo conforme aplicação da nova norma de instrumentos financeiros, CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros já pela Codemge. Dentre as abordagens de avaliação apresentadas no CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, concluiu-se que a mais aplicável ao caso, tendo em vista sua complexidade de mensuração de valor justo pela inexistência de mercado para tais ações, seria a de abordagem de custo, de maneira que seu valor justo foi mensurado considerando a técnica de custo de reposição do ativo.

Dessa forma, para a determinação do valor justo, utilizou-se à época o preço de emissão de ações utilizado pelo BDMG em seu último evento de aumento de capital como base para a avaliação do custo de reposição do ativo, que na sua última ata de aumento de capital, em 26 de abril de 2017 era de R\$0,03 por ação. Sendo a Codemge proprietária de 5.679.588.882 ações em 31 de janeiro de 2018, o valor justo mensurado do ativo seria de R\$170.388.

Tais ações do BDMG fizeram parte da parcela de patrimônio vertida à Codemge na cisão parcial da Codemig, mencionada na nota 1. Contudo, a mensuração das ações no laudo de cisão ainda se encontravam apuradas ao custo. Dessa maneira, foi reconhecida a participação no BDMG como descrito no laudo de cisão e a diferença de mensuração pela mudança das práticas contábeis de R\$7.368 foi lançada diretamente ao Patrimônio Líquido da Codemge após a cisão, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, tendo em vista a decisão definitiva (sem opção de alteração futura) da Companhia pelo registro das suas variações de valor justo em outros resultados abrangentes.

Em 18 de dezembro de 2019, após deliberação de juros sobre capital próprio (“JCP”) à seus acionistas em Assembleia Geral do BDMG, imediatamente a mesma Assembleia deliberou novo aumento de capital no banco, em que foram subscritas 64.979.066 novas ações ao preço de emissão permaneceu em R\$0,03, totalizando um valor de R\$1.949. Desse modo, todo o recurso decorrente do JCP declarado foi integralizado pelo Grupo. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2019, o valor da participação societária é de R\$183.617.

Vale ressaltar que, a Lei das S.A. determina que o preço de emissão da ação poderá ser avaliado considerando: (i) a perspectiva de rentabilidade da companhia, (ii) o valor do patrimônio líquido da ação, e (iii) a cotação de suas ações em Bolsa de Valores ou no mercado de balcão organizado, admitido ágio ou deságio em função das condições de mercado. Em dezembro de 2019, antes do último aumento de capital, o patrimônio líquido avaliado em R\$1.745.839 que se encontrava dividido em 66.716.126.887 ações ordinárias. Sendo assim o valor de patrimônio da ação estaria avaliado à R\$0,0262. Devido a impossibilidade de fixação do valor da ação por fração de centavo, o valor da ação é automaticamente arredondado para R\$0,03. Considerando que o custo de reposição é determinado pelo valor de transação, não é adequado considerarmos o valor de patrimônio da ação, pois ele seria insuficiente para a reposição do ativo. Assim reiteramos que o valor de reposição das ações do BDMG possui valor justo, pela abordagem de custo e técnica de custo de reposição, de R\$183.617.

Contudo, destacamos que, na ocorrência de um evento, como o de grupamento de ações do BDMG, possivelmente as casas decimais não terão tanta representatividade no preço da ação a ponto de que os eventuais arredondamentos não causem diferenças relevantes, logo a avaliação da ação seria melhor representada por seu

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor patrimonial. Essa informação é relevante pois nessa hipótese – do valor das ações serem representadas pelo valor patrimonial – de acordo com os dados de novembro de 2018 do banco, o ativo se desvalorizaria 11,8% e o valor do ativo seria de R\$153.737. Na hipótese do patrimônio líquido do BDMG ser inferior à R\$1.667.903, é possível que no primeiro aumento de capital a se realizar o valor patrimonial da ação seja arredondado para baixo – R\$0,02. Nesse caso, o valor do ativo atingiria o montante de R\$117.499. Vale ressaltar que qualquer variação do valor justo do ativo, pela opção do Grupo, será registrada em outros resultados abrangentes.

FIP AEROTEC

O AEROTEC – Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2 nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A administração e gestão do Fundo são responsabilidade da Confrapar Participações e Pesquisa S.A., vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo também mantém foco em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos do Grupo.

O prazo de duração do fundo será de 10 anos contados a partir da data de registro do fundo na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do administrador/gestor, por até 5 períodos adicionais de um ano. A Codepar já realizou 39 integralizações de quotas no AEROTEC, totalizando um investimento de R\$97.818, valor equivalente a 69,87% do capital subscrito do fundo.

O FIP AEROTEC possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIP AEROTEC	140.000	97.818	42.182

Em 31 de dezembro de 2019 o FIP AEROTEC havia investido nas seguintes participações:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Altave Holding S.A.	Local	3.500
Flapper Tecnologia S.A.	Local	7.775
Oxis Energy Limited	Internacional	30.388
Oxis Brasil	Local	84
Cliever Indústria e Comércio de Produtos Tecnológicos S.A.	Local	2.500
Astro Science do Brasil Pesquisa e Desenvolvimento S.A.	Local	1.150
Xmrobots Holding S.A.	Local	8.000
Unicobra Energia S.A.	Local	30.000
Compass Diagnóstico, Planejamento e Prototipagem Odontológica S.A.	Local	7.500
		90.897

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Investimentos em participações societárias

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações materiais em controladas e coligadas do Grupo:

Controladas (a) e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações / quotas		% participação no capital social		Natureza do investimento
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Controladora						
CODEMIG	(a) Belo Horizonte	184.043	-	51,00%	51,00%	Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM.
CODEPAR	(a) Belo Horizonte	310.696.000	-	100,00%	100,00%	Veículo de investimentos, subsidiária integral da CODEMGE.
Consolidado						
COMIPA (i)	(b) Araxá	187.272.000	20.787.600	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de nióbio.
IAS	(b) São José da Lapa	1.764.706	-	15,00%	15,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor aeroespacial.
Helibrás	(b) Itajubá	70.190.051	13.292.583	15,51%	25,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor aeroespacial.
Biotech Town	(b) Nova Lima	4.900.000	-	49,49%	49,49%	Aquisição primária de ações para desenvolvimento e aceleração de empresas em biotecnologia.
CBL	(b) Divisa Alegre	1.666.667	-	33,33%	33,33%	Aquisição secundária de ações para alavancar o mercado de exploração e mineração de lítio e produção de compostos químicos e seus co-produtos.
Datora Participações (ii)	(b) São Paulo	20.247.726	-	23,00%	23,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor de telecomunicações.

Além dessas participações societárias, o Grupo possui participação de 55% no lucro e 50% no patrimônio afetado de uma SCP que objetiva assumir as atividades da Codeáguas no envasamento e comercialização das águas minerais de Caxambú e Cambuquira. Por uma SCP não ser uma sociedade de fato, suas informações não estão descritas no quadro acima.

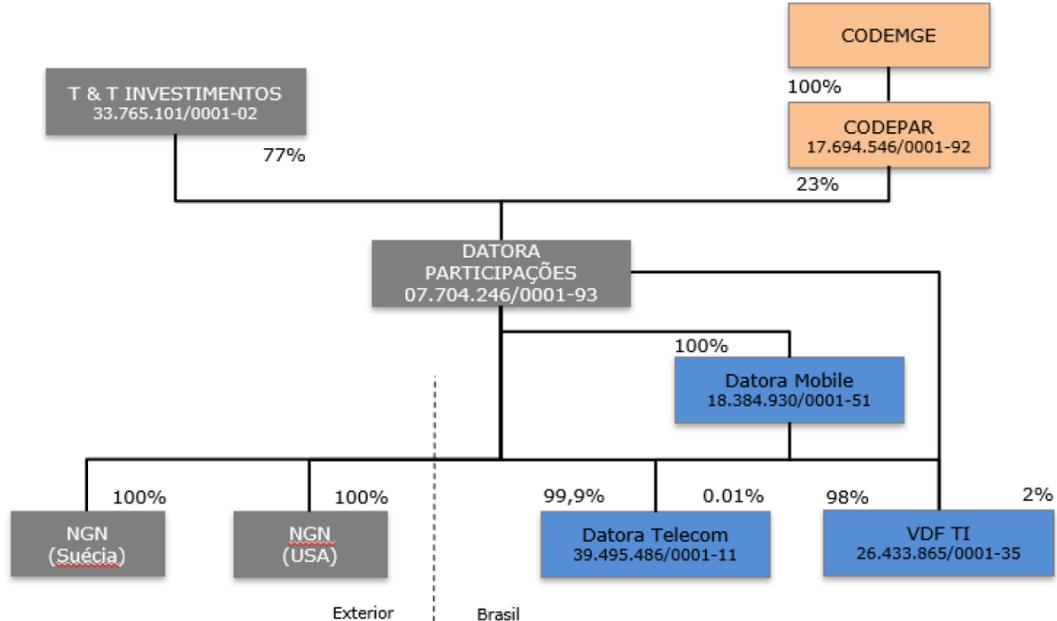
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A Codemig possui investimento na Comipa, com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, o Grupo entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, e portanto, detém poder sobre esta e é considerada a sua controladora, em conformidade com as definições de controle do IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.
- (ii) Em 2019 a Codepar, que desde 2017 era sócia da Arqia (Datora Mobile), participou operação de aquisição societária transacionando sua participação de 43% na Arqia e sua posição de debêntures emitidas pela própria Arqia para obter uma participação de 23% na Datora Participações: empresa do grupo Datora que já era controladora da Arqia, e agora detém 100% do seu capital, e que também detém controle da Datora Telecom, empresa de telecomunicações fixa e comunicação multimídia e já se encontra atualmente consolidado no mercado brasileiro, além de atuar no mercado internacional por meio das empresas NGN Suécia e NGN USA. Esta alteração permitirá ao Grupo Datora capturas de sinergias em impostos, sistemas e pessoal, bem como alavancará a capacidade de vendas através de *cross-selling* e utilização e canais. Também importante, com uma estrutura mais simples, o Grupo ganhará agilidade e eficácia em seus processos.

Após a reestruturação, o organograma do grupo ficou da seguinte forma:



Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos saldos dos investimentos:

Investimentos				Controladora	
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	2019 Total	2018 Total
CODEMIG	376.950	-	-	376.950	486.131
CODEPAR	371.758	-	-	371.758	273.645
SCP Água Mineral (ii)	479	-	-	479	1.011
Outros investimentos (iii)	2.534	-	-	2.534	2.267
	751.721	-	-	751.721	763.054

Investimentos				Consolidado	
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	2019 Total	2018 Total
SCP Água Mineral (ii)	479	-	-	479	1.011
COMIPA	268	-	-	268	268
IAS (i) (ii)	7.919	14.398	-	22.317	20.146
Helibrás (i) (ii)	32.917	37.162	-	70.079	71.799
Arqia Datora (i) (ii)	-	-	-	-	36.667
Datora Participações (i)	13.565	48.086	-	61.651	-
Biotech Town (i) (ii)	422	-	18	440	701
CBL (i) (ii)	16.769	64.445	-	81.214	78.475
Outros investimentos (iii)	2.534	-	-	2.534	2.267
	74.873	164.091	18	238.982	211.334

- (i) Empresas coligadas à Codepar.
- (ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da SCP Água Mineral, da IAS, da Helibrás, da Arqia, da Biotech Town e da CBL, as informações financeiras de 30 de novembro de 2019.
- (iii) Outros investimentos são compostos por participações minoritárias avaliadas pelo custo na Embraer, Cemig, Santander, SICOOB, obras de arte e ainda participações em consórcios de exploração de gás.

Alocação do preço de compra dos investimentos:

O Grupo, no momento da compra dos investimentos, realizou a alocação do preço de compra entre valor correspondente à participação no patrimônio líquido, no valor justo de ativos e passivos, líquidos, e ágio advindo de expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa, conforme já mencionado na nota 2.3 (a). Considerando a existência de ágio (*goodwill*), a Codepar realizou testes de *impairment* no exercício anterior conforme apresentado na nota 2.6 (d).

- (a) A alocação do preço de compra da IAS teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes com os órgãos de defesa do Governo Federal, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por empresa especializada, e constatou-se que o valor justo do ativo supera seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento referente ao exercício de 2019.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) A alocação do preço de compra da Helibrás teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes e valor justo de mercado de seu imobilizado, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por empresa especializada, e constatou-se que o valor justo do ativo supera seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento referente ao exercício de 2019.
- (c) A alocação do preço de compra da Datora Participações teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados no *valuation* das suas participações societárias, cujas mais relevantes são a Datora Mobile e Datora Telecom.
- (d) A alocação do preço de compra da CBL teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseada no valor justo do direito de exploração de lavra e produção de lítio, utilizando para o seu cálculo o método de abordagem de receita. O ágio foi calculado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente descontados pelo custo médio ponderado de capital.

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a nota 2.3 (a). A metodologia utilizada para os cálculos do teste de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração de cada uma das investidas.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

						Controladora
Investidas	2018	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2019
CODEMIG	486.131	(124.303)	580.401	-	(565.279)	376.950
CODEPAR	273.645	72.215	13.870	12.028	-	371.758
SCP Água Mineral	1.011	-	(532)	-	-	479
Outros investimentos (iii)	2.267	976	(709)	-	-	2.534
	763.054	(51.112)	593.030	12.028	(565.279)	751.721

								Consolidado
Investidas	2018	Aquisição/ (redução) de participação	Equivalência a patrimonial do custo patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Reversão de impairment	Distribuição de dividendos e JCP	2019
SCP Água Mineral	1.011	-	(532)	-	-	-	-	479
COMIPA (ii)	268	-	1.052	-	-	-	(1.052)	268
IAS (i)	20.146	-	2.721	(3.098)	-	3.037	(489)	22.317
Helibrás (i)	71.799	-	474	(6.175)	1.649	2.332	-	70.079
Arqia Datora (i)	36.667	(34.969)	1.154	(928)	(1.924)	-	-	-
Datora Participações (i)	-	61.651	-	-	-	-	-	61.651
Biotech Town(i)	701	956	(1.217)	-	-	-	-	440
CBL (i)	78.475	-	10.066	(3.564)	(111)	-	(3.652)	81.214
Outros investimentos (iii)	2.267	976	(709)	-	-	-	-	2.534
	211.334	28.614	13.009	(13.765)	(386)	5.369	(5.193)	238.982

(i) Empresas coligadas à Codepar.

(ii) Empresa coligada à Codemig.

(iii) Outros investimentos são compostos por participações minoritárias avaliadas pelo custo na Embraer, Cemig, Santander, SICOOB, obras de arte e ainda participações em consórcio de exploração de gás.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

										Controladora
Investidas	2017	Cisão	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Extinção de investida	2018	
CODEMIG	-	-	450.597	610.551	(669)	-	(574.348)	-	486.131	
CODEPAR	-	179.721	104.500	(7.577)	-	(2.999)	-	-	273.645	
CODEÁGUAS	-	1.697	(35)	(1.019)	-	-	-	(643)	-	
PROMINAS	-	2.599	748	517	-	(621)	-	(3.243)	-	
SCP Água Mineral	-	1.500	-	(489)	-	-	-	-	1.011	
Outros investimentos (iii)	-	1.276	1.040	(49)	-	-	-	-	2.267	
	-	186.793	556.850	601.934	(669)	(3.620)	(574.348)	(3.886)	763.054	
										Consolidado
Investidas	2017	Cisão	Aquisição de participação	Equivalência patrimonial do custo patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste pós-aquisição no valor justo	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Extinção de investida	2018
CODEÁGUAS	-	1.697	(35)	(1.019)	-	-	-	-	(643)	-
PROMINAS	-	2.599	748	517	-	(621)	-	-	(3.243)	-
SCP Água Mineral	-	1.500	-	(489)	-	-	-	-	-	1.011
COMIPA (ii)	-	-	318	911	-	-	-	(961)	-	268
IAS (i)	-	20.706	-	(161)	-	-	-	(399)	-	20.146
Helibrás (i)	-	82.763	-	(4.897)	(7.938)	1.541	330	-	-	71.799
Arqia Datora (i)	-	41.127	-	(3.440)	(1.020)	-	-	-	-	36.667
Biotech Town (i)	-	-	1.365	(664)	-	-	-	-	-	701
CBL (i)	-	-	80.248	3.587	(1.271)	-	(123)	(3.966)	-	78.475
Outros investimentos (iii)	-	1.276	1.040	(49)	-	-	-	-	-	2.267
	-	151.668	83.684	(5.704)	(10.229)	920	207	(5.326)	(3.886)	211.334

(i) Empresas coligadas à Codepar.

(ii) Empresa coligada à Codemig.

(iii) Outros investimentos são compostos por participações minoritárias avaliadas pelo custo na Embraer, Cemig, Santander, SICOOB, obras de arte e ainda participações em consórcio de exploração de gás.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações financeiras da carteira de investimentos em coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2019:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Controladas					
CODEMIG	862.865	770.235	614.878	279.106	739.116
CODEPAR	106	374.545	16	2.877	371.758
Coligadas					
SCP Água Mineral (i)	1.220	6.857	2.161	7.086	(1.170)
COMIPA	16.535	118	9.956	6.171	526
IAS (i)	46.826	26.159	29.476	6.211	37.298
Helibrás (i)	799.807	246.002	506.973	326.590	212.246
Arqia Datora (i)	11.565	36.847	20.761	23.554	4.097
Datora Participações	4.288	43.214	3.917	21.633	21.952
Biotech Town (i)	10.047	5.437	179	14.453	852
CBL (i)	38.401	28.518	13.321	3.129	50.469

(b) Informações de resultado do exercício sob análise

	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucros e prejuízos do exercício</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Resultado abrangente total</u>
Controladas				
CODEMIG	1.664.037	1.075.550	-	1.075.550
CODEPAR	-	13.870	12.029	25.899
Coligadas				
SCP Água Mineral (i)	979	(1.012)	-	(1.012)
COMIPA	81.390	2.064	-	2.064
IAS (i)	12.795	(3.102)	-	(3.102)
Helibrás (i)	505.531	2.891	10.636	13.527
Arqia Datora (i)	47.895	2.056	-	2.056
Datora Participações	1.882	(289)	-	(289)
Biotech Town (i)	100	(2.183)	-	(2.183)
CBL (i)	112.463	27.597	(332)	27.265

- (i) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da SCP Água Mineral, da IAS, da Helibrás, da Arqia, da Biotech Town e da CBL, as informações financeiras de 30 de novembro de 2019.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

O imobilizado do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

						Controladora
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento	Outros imobilizados	Total
Adição por cisão (nota 1 (a))	225.010	354.324	42.353	171.427	90	793.204
Aquisições	-	-	1.983	45.579	555	48.117
Baixas	(101.744)	(190.839)	(31.921)	(1.878)	-	(326.382)
Transferências	-	86.859	622	(88.816)	1.335	-
Depreciação - adições	-	(5.203)	(5.058)	-	-	(10.261)
Depreciação - baixas	-	7.918	8.550	-	-	16.468
Impairment	968	472	-	-	-	1.440
Em 31 de dezembro 2018	124.234	253.531	16.529	126.312	1.980	522.586
Custo	125.491	372.303	49.404	126.312	1.980	675.490
Depreciação acumulada	-	(117.910)	(32.875)	-	-	(150.785)
Impairment	(1.257)	(862)	-	-	-	(2.119)
Saldo contábil, líquido	124.234	253.531	16.529	126.312	1.980	522.586
Aquisições	-	7	226	66.475	6.207	72.915
Baixas	(259)	(322)	(1.029)	(23)	-	(1.633)
Transferências	-	9.144	204	(9.348)	-	-
Depreciação - adições	-	(4.552)	(3.332)	-	-	(7.884)
Depreciação - baixas	-	186	661	-	-	847
Impairment	-	(67.289)	-	(39.294)	-	(106.583)
Em 31 de dezembro de 2019	123.975	190.705	13.259	144.122	8.187	480.248
Custo	125.232	381.132	48.805	183.416	8.187	746.772
Depreciação acumulada	-	(122.276)	(35.546)	-	-	(157.822)
Impairment	(1.257)	(68.151)	-	(39.294)	-	(108.702)
Saldo contábil, líquido	123.975	190.705	13.259	144.122	8.187	480.248

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento	Outros imobilizados	Total
Adição por cisão (nota 1 (a))	225.010	354.324	42.961	171.427	81	793.803
Aquisição de controlada	239.209	106.332	-	-	-	345.541
Aquisições	-	-	1.983	45.579	555	48.117
Baixas	(1.162)	(42.295)	(9.341)	(1.878)	(1)	(54.677)
Transferências	-	86.859	622	(88.816)	1.335	-
Depreciação - adições	-	(6.796)	(5.525)	-	(1)	(12.322)
Depreciação - baixas	-	7.918	8.550	-	11	16.479
Impairment	968	472	-	-	-	1.440
Em 31 de dezembro 2018	464.025	506.814	39.250	126.312	1.980	1.138.381
Custo	465.282	629.090	72.593	126.312	1.980	1.295.257
Depreciação acumulada	-	(121.414)	(33.343)	-	-	(154.757)
Impairment	(1.257)	(862)	-	-	-	(2.119)
Saldo contábil, líquido	464.025	506.814	39.250	126.312	1.980	1.138.381
Aquisições	-	7	226	66.475	6.207	72.915
Baixas	(259)	(322)	(1.029)	(23)	-	(1.633)
Transferências	-	9.144	204	(9.348)	-	-
Depreciação - adições	-	(7.865)	(6.071)	-	-	(13.936)
Depreciação - baixas	-	186	661	-	-	847
Impairment	-	(68.724)	-	(39.294)	-	(108.018)
Em 31 de dezembro de 2019	463.766	439.240	33.241	144.122	8.187	1.088.556
Custo	465.023	637.919	71.994	183.416	8.187	1.366.539
Depreciação acumulada	-	(129.093)	(38.753)	-	-	(167.846)
Impairment	(1.257)	(69.586)	-	(39.294)	-	(110.137)
Saldo contábil, líquido	463.766	439.240	33.241	144.122	8.187	1.088.556

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A existência destes ativos é condizente com o objeto social da Companhia (nota 1), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

O imóvel relativo ao Expominas Belo Horizonte, de valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019 de R\$102.353, foi arrendado para terceiros e também foi dado em garantia no primeiro trimestre de 2019, com o consentimento do arrendatário, à um empréstimo com a FINEP para desenvolvimento do projeto de Terras Raras, do qual ainda não houve nenhum desembolso pela FINEP. O valor residual total de bens do ativo imobilizado cedido em garantia é de R\$107.211 em 31 de dezembro de 2019 (R\$4.871 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, ao se avaliar o valor em uso das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, de propriedade da Fundação João Pinheiro e cedida à Codemge para execução do projeto P7 Criativo, devido às mudanças de planejamento estratégico, não foi possível verificar o seu valor recuperável. O projeto está sendo remodelado em conjunto com a Associação P7 Criativo, agora sob o controle de gestão da Codemge, para que seja possível recuperar parte dos recursos aplicados nas benfeitorias do prédio. O valor da provisão para perda por redução ao valor recuperável registrado ao fim de 2019 foi de R\$45.468. Até que se consiga demonstrar tal recuperabilidade, os dispêndios da Companhia para a conclusão das obras serão capitalizados e imediatamente provisionados para perda.

Além deste, dois terrenos tiveram seu valor contábil provisionado para perda por valor recuperável devido ao plano da administração de doa-los ao Estado de Minas Gerais. O mais relevante, no montante de R\$39.294, é um terreno desapropriado onde encontra-se localizado uma via de acesso à Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais e um túnel o qual estão registrados como imobilizado em andamento por pendências de regularização. Além deste, também há intenção de doação pela Companhia ao Estado de MG de um terreno localizado no bairro Bom Sucesso, em Belo Horizonte-MG, que possui valor contábil de R\$21.862.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

O intangível do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

						Controladora
	Custos de desenvolvimento	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
Adição por cisão (nota 1 (a))	16.250	1.303	215	595	55	18.418
Aquisições	3.893	2.149	30	217	-	6.289
Amortização - adições	-	(307)	-	(168)	(5)	(480)
Em 31 de dezembro de 2018	20.143	3.145	245	644	50	24.227
Custo	20.143	3.793	245	2.074	12.087	38.342
Amortização acumulada	-	(648)	-	(1.430)	(8)	(2.086)
Impairment	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	20.143	3.145	245	644	50	24.227
Aquisições	6.566	58	8	16	65	6.713
Baixas	-	(1.644)	-	-	-	(1.644)
Transferência	(1)	-	1	-	-	-
Amortização - adições	-	(315)	-	(206)	(1)	(522)
Amortização - baixa	-	963	-	-	-	963
Em 31 de dezembro de 2019	26.708	2.207	254	454	114	29.737
Custo	26.708	2.207	254	2.090	12.152	43.411
Amortização acumulada	-	-	-	(1.636)	(9)	(1.645)
Impairment	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	26.708	2.207	254	454	114	29.737

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
	Custos de desenvolvimento	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
Adição por cisão (nota 1 (a))	16.250	1.303	215	595	55	18.418
Aquisição de controlada	-	-	-	-	13	13
Aquisições	3.892	2.149	37	217	-	6.295
Amortização - adições	-	(307)	-	(168)	(5)	(480)
Em 31 de dezembro de 2018	20.142	3.145	252	644	63	24.246
Custo	20.142	3.793	252	2.074	12.100	38.361
Amortização acumulada	-	(648)	-	(1.430)	(8)	(2.086)
Impairment	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	20.142	3.145	252	644	63	24.246
Aquisições	6.566	58	8	16	65	6.713
Baixas	-	(1.644)	-	-	-	(1.644)
Transferência	(1)	-	1	-	-	-
Amortização - adições	-	(315)	-	(206)	(1)	(522)
Amortização - baixa	-	963	-	-	-	963
Em 31 de dezembro de 2019	26.707	2.207	261	454	127	29.756
Custo	26.707	2.207	261	2.090	12.165	43.430
Amortização acumulada	-	-	-	(1.636)	(9)	(1.645)
Impairment	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	26.707	2.207	261	454	127	29.756

Dos custos de desenvolvimento, o principal conjunto de projetos em desenvolvimento decorre do MGgrafeno, nos quais foram investidos R\$23.733 até 31 de dezembro de 2019 (R\$17.153 em 31 de dezembro de 2018). O grafeno é um material de carbono cuja utilidade fora descoberta em 2004 e que tem revolucionado várias áreas do conhecimento e da indústria por suas propriedades únicas, como alta condutividade térmica e elétrica, maleabilidade e força. Enxergando-o como um material do futuro e visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, a Companhia desenvolve desde 2016 o Projeto MGgrafeno, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), para a implantação da primeira fábrica de produção de grafeno do Brasil. Localizada no campus da UFMG, em Belo Horizonte (MG), a planta-piloto do projeto está em operação, com capacidade de mais de 150kg de grafeno por ano. A tecnologia desenvolvida é reprodutível, escalável e com baixo custo. Atualmente o projeto atingiu sua terceira fase e está, em parceria com o investidores privados, avaliando o modelamento, a qualidade do grafeno e desenvolvendo aplicações para diversas indústrias, tais como de compósitos, baterias, dispositivos eletrônicos, tintas, entre outros.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Partes relacionadas

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Grupo econômico								
ESTADO DE MINAS GERAIS								
<i>Circulante</i>								
Dividendos a pagar	-	-	69.114	-	-	-	-	-
Ações indenizadas	-	-	-	1	-	-	-	-
BDMG								
<i>Circulante</i>								
JCP a receber	-	3.912	-	-	2.293	4.602	-	-
CEMIG								
<i>Circulante</i>								
Títulos e valores mobiliários (i)	148	-	-	-	148	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Títulos e valores mobiliários (i)	10.438	-	-	-	-	-	-	-
COPASA								
<i>Circulante</i>								
Títulos e valores mobiliários (i)	33	-	-	-	33	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Títulos e valores mobiliários (i)	5.000	-	-	-	-	-	-	-
MGI								
<i>Circulante</i>								
Dividendos a pagar	1	-	1	3	-	-	-	-
Ações indenizadas	-	-	-	1	-	-	-	-
OUTROS								
Gastos com convênios (ii) (nota 25)	-	-	-	-	-	-	(10.126)	(82.942)
Controladas								
CODEMIG								
<i>Circulante</i>								
Compartilhamento de custos	-	-	-	-	4.076	3.736	-	-
Dividendos a receber (nota 8) / Res. com part societária (nota 13.2)	27.060	-	-	-	580.401	610.551	-	-
Contas a receber	819	3.519	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar (iii)	-	-	19.511	3.621	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a pagar (ii)	-	-	69.050	101.549	-	-	-	-

(i) A Codemig é detentora de debêntures emitidas por Cemig e Copasa, empresas de controle comum do Grupo (Estado de MG) como estratégia de diversificação de seus investimentos. Tais montantes estarão apresentados no saldo consolidado de títulos e valores mobiliários apresentado na nota 6.

(ii) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão, mencionada na nota 1 (a), que o passivo de adiantamento de receitas – SCP naquela data seria vertido para Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (c)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos encargos financeiros. Cabe ressaltar que a Codemig participou em setembro de 2018 e outubro de 2019 de duas novas operações de antecipação de receitas a qual a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento – terceira e quarta operação. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 20.

(a) Remuneração da administração

A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a da Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público. A despesa com remuneração de administradores exclusivos da Codemig em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$158. Considerando a inexistência de funcionários próprios na Codemig, a Codemge compartilha seus funcionários e é reembolsada pela Codemig através de um contrato de compartilhamento de custos.

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Codemig e da Codemge durante o exercício de findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$5.958 (R\$6.194 no período de 11 meses findos em dezembro de 2018).

(b) Caixa movimentado entre partes relacionadas

Durante o processo de cisão da Codemig que culminou na criação da Codemge, nota 1 (a), diversos compromissos surgiram em nome da nova empresa cindida. Em face disto, a Codemig operacionalizou por meio de seu caixa diversos compromissos da Codemge que, durante o curso de suas atividades estão sendo acertados entre as empresas. O acerto de contas deverá ser realizado por compensação de dividendos a distribuir ou pagamento em caixa pela Codemig, de acordo com o saldo. Os saldos transacionados no exercício de 2019 foram os abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(i) Recebimento de T&VM advindos da cisão	-	130.767
(ii) (Pagamentos) / recebimento de ativos relacionados a CBMM advindos da cisão	(3.621)	67.850
(iii) Transações pela Codemig por conta e ordem da Codemge	2.700	14.473
Total	<u>(921)</u>	<u>213.090</u>

(i) Tendo em vista a inexistência jurídica da Codemge em 31 de janeiro de 2018, até a criação de seu CNPJ e posteriormente contas bancárias, a Codemig reteve os títulos e valores mobiliários cedidos, e em seguida o repassou à Codemge ;

(ii) A cisão destinou à Codemge saldos em aberto entre Codemig e CBMM que só seriam liquidados em momento futuro. Na sua liquidação, a Codemig repassou tais valores à Codemge, já considerando o efeito da cisão;

(iii) A Codemge, como parte de seu processo de cisão, se utilizou de ativos e do nome da Codemig para execução de suas atividades, considerando seu período de adaptação e regularização fiscal, legal e operacional. Além

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

disso, a Codemig utiliza-se da infraestrutura de pessoal da Codemge. Os saldos em aberto dessa natureza ou de natureza similar são liquidados no mês subsequente ao seu registro.

17 Contas a pagar

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ / CSLL– SCP (i)	-	-	493.161	416.586
Valores a pagar SCP (ii)	-	-	35.742	9.975
Valores a ressarcir a SCP (iii)	-	-	55.342	49.324
Fornecedores nacionais	2.998	4.874	3.014	4.873
Outras contas a pagar	3	-	2.880	-
	3.001	4.874	590.139	480.758
Circulante	3.001	4.874	544.300	431.434
Não circulante	-	-	45.839	49.324
	3.001	4.874	590.139	480.758

- (i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando da apuração do lucro real da SCP e de sua quitação pela CBMM junto à fazenda federal.
- (ii) O lucro líquido da SCP com a CBMM é apurado no regime de competência e apresenta ajustes de caixa para sua efetiva distribuição mensal, conforme disposições de sua Escritura Pública de constituição. Isto posto, os valores apurados em provisões registradas no lucro líquido da SCP são registrados no contas a pagar do Grupo, tendo em vista a expectativa de sua liquidação e consequentes compensação em resultados futuros da SCP.
- (iii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig deve participar dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP, na proporção de 25%. Contudo, considerando o efeito exclusivamente econômico do seu registro na competência, foi acordado que as variações cambiais somente serão descontadas ou incrementadas nos recebíveis mensais decorrentes da participação da Codemig na SCP na data da vinculação dos cambiais à entrega da mercadoria ao mercado na moeda transacionada. Sendo assim, o Grupo, para refletir o passivo ou ativo gerado dessa obrigação ou direito criado pelo acordo passou a registrar o ativo ou passivo derivado de sua participação nas variações cambiais dessas operações em seu

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

balanço e realiza-lo no momento da amortização da dívida pela CBMM, quando a variação cambial final da operação é deduzida ou incrementada na distribuição mensal de sua participação na SCP.

18 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS	2.027	793	2.165	1.239
IRPJ e CSLL	-	-	9	2.498
Imposto sobre mercadorias e serviços	303	480	312	579
Impostos e contribuições retidas de terceiros	703	1.541	747	1.543
Impostos e contribuições retidas sobre salários	1.203	1.455	1.206	1.457
	4.236	4.269	4.439	7.316

19 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
INSS	2.368	2.494	2.368	2.500
FGTS	759	746	759	746
Férias e 13º salário	5.774	5.654	5.774	5.654
Participação nos lucros e resultados (PLR)	3.756	3.823	3.756	3.823
Outros	48	836	48	836
	12.705	13.553	12.705	13.559

20 Adiantamentos e cauções recebidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento de receitas - SCP (i)	-	-	214.078	136.579
Adiantamento de clientes e cauções recebidas (ii)	1.968	2.805	1.975	2.825
	1.968	2.805	216.053	139.404
Circulante	1.962	2.728	21.480	2.748
Não circulante	6	77	194.573	136.656
	1.968	2.805	216.053	139.404

- (i) A Codemig, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação da SCP realizados pela sócia ostensiva. Dos adiantamentos em aberto, R\$49.539 foram recebidos em 2015, R\$39.022 em 2016, R\$48.018 em 2018 e R\$77.500 em 2019 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2023, na primeira operação, entre 2020 e 2021 na segunda operação, entre 2023 e 2024 na terceira operação e entre 2024 e 2027 na quarta operação. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e serão cobrados no momento em que a SCP vincular o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança será por meio de

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorrerá pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

- (ii) Os adiantamentos de clientes e cauções recebidos decorre do registro de depósitos em garantias dos contratos de prestação de serviço e valores recebidos antecipadamente sob a forma de “sinal de reserva” e parcela do “saldo devedores”, relativos aos contratos de locação dos auditórios dos quais o Grupo é proprietário e gestor. A medida que os eventos são realizados, as receitas são reconhecidas no resultado e os saldos de adiantamento são baixados.

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Por ano de vencimento				
2019	-	2.728	-	2.748
2020	1.962	77	21.480	19.588
2021	6	-	19.517	19.511
2022	-	-	12.385	12.385
2023	-	-	56.362	56.362
2024	-	-	28.810	28.810
2025	-	-	25.833	-
2026	-	-	25.833	-
2027	-	-	25.833	-
	1.968	2.805	216.053	139.404

21 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizadas em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contingências cíveis (i)	1.995	1.748	28.589	20.708
Contingências trabalhistas	527	30	527	30
Contingências tributárias (ii)	1.351	1.363	16.333	1.363
Outras Contingências	2.153	-	2.153	-
	6.026	3.141	47.602	22.101

- (i) Do saldo total, R\$26.596 (R\$ 18.960 em 31 de dezembro de 2018), decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, a Companhia considera tal indenização como uma contingência e a atualiza monetariamente.

- (ii) Refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos da Companhia. Em razão de impedimentos regulamentares, a Companhia não consegue liquidá-los e portanto decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrado pelas autoridades fiscais

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo está envolvido em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos, no montante de R\$12.565 em 31 de dezembro de 2019 (R\$8.411 em 31 de dezembro de 2018), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Exceto pela contingência cível provisionada pela Codemig, todos os demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis.

Ações relevantes avaliadas com perda remota

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Companhia está sendo questionada judicialmente pela sociedade civil e pelo MPMG e administrativamente pelo MPC junto ao TCE-MG. O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração da Companhia monitora de perto o andamento de tais processos.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Codemge é de R\$751.091 (R\$875.395 em 31 de dezembro de 2018), representado por 205.221 ações, sendo que o Governo de Minas Gerais detém 205.219 e a MGI detém 2 ações.

A Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Codemge, realizada no dia 29 de março de 2019, decidiu pela redução do capital social da desta Companhia no valor total de R\$124.304. A título de pagamento da participação do Estado de Minas Gerais na Codemge, definiu-se transferir 68.569 ações ordinárias e sem valor nominal da Codemig avaliadas em R\$124.303. Dessa forma, a participação da Codemge na investida Codemig foi reduzida, saindo de 70% para 51% a partir de março de 2019 e, conseqüentemente, houve o aumento da participação do Estado de Minas Gerais na Codemig de 30% para 49%.

(b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2019 a reserva de capital era de R\$580.943 (R\$580.943 em 31 de dezembro de 2018) referente a ágio na emissão de ações onde parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

(d) Reservas de lucro

(d.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal pode deixar de ser constituída se o saldo da mesma acrescido da reserva de capital exceder 30% do capital social. A reserva legal, conforme legislação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Considerando que a Codemge não atingiu o limite de 20% do capital social, mas seu saldo de reserva legal e de reserva de capital somado superam o percentual de 30% do capital social, nenhuma reserva foi constituída até que se delibere sobre a destinação dos lucros em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da reserva legal na Codemge era de R\$62.996 (R\$62.996 em 31 de dezembro de 2018).

(d.2) Retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destina o saldo remanescente dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico do Grupo, contribuem para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2019 a reserva de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, era de R\$489.362 (R\$94.499 em 31 de dezembro de 2018).

(e) Dividendos

A política de dividendos da Codemge determina a distribuição mínima de 25% dos lucros, após destinações legais e estatutárias. Na Codemig, a política de dividendos determina a distribuição mínima de 70%. Em Assembleia Geral ocorrida em 31 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia autorizaram sua distribuição intercalar, até o limite periódico mínimo de 30 dias entre as distribuições, por meio de deliberação do seu Conselho de Administração.

Até 31 de dezembro de 2019, a Diretoria Executiva da Codemge havia aprovado a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$27.237 aos acionistas Estado de Minas Gerais e MGI.

A seguir apresentamos a abertura de distribuição dos dividendos do Grupo. Cabe destacar, que para fins de apresentação consolidada, a informação de dividendo mínimos obrigatórios consolidado considera a exclusão dos dividendos mínimos obrigatórios da Codemig contra a Codemge.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	385.407	341.207	880.556	602.855
Reserva legal (5%)	-	(17.060)	-	(17.060)
Base para dividendos	385.407	324.147	880.556	585.795
Percentual estatutário de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro	25%	25%	25% ou 70%	25% ou 70%
Dividendos mínimos obrigatórios	96.352	81.037	442.957	272.363
Dividendos intercalares declarados	27.238	237.016	465.676	483.151
Dividendos intermediários declarados	-	309.444	27.179	309.444
Dividendos mínimos ainda a serem deliberados	69.114	-	69.114	-
Total de dividendos	96.352	546.460	561.969	792.595

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$13.951 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.923 em 31 de dezembro de 2018) demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto substancialmente pelas variações de outros resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas (nota 13.2) e dos investimentos mensurados a VJORA.

23 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Onze meses findos em	Exercício findo em	Onze meses findos em
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita – SCP (i)	-	-	1.103.855	852.264
Arrendamentos (ii)	29.154	14.688	29.157	19.380
Receita com vendas e serviços	28.643	22.980	29.888	26.189
Receita bruta	57.797	37.668	1.162.900	897.833
Impostos	(6.004)	(2.802)	(6.393)	(6.405)
Receita líquida	51.793	34.866	1.156.507	891.428
Lucro bruto	51.793	34.866	1.156.507	891.428

(i) Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado da SCP	2019	11 meses findos em 31/12/2018
Receita bruta de vendas	8.760.355	7.067.602
Devoluções e deduções de receita de vendas	(139.487)	(34.351)
Receita líquida de vendas	8.620.868	7.033.251
Custo de vendas	(1.473.997)	(1.378.009)
Margem bruta nas vendas	7.146.871	5.655.242
Despesas estruturais	(619.109)	(740.335)
Outras receitas operacionais	47.276	31.351
Lucro operacional	6.575.038	4.946.258
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	105.164	458.157
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	6.680.202	5.404.415
Participação de 25% da Companhia	1.670.051	1.351.104
Varição cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	(6.018)	(49.324)
Imposto de renda e contribuição social corrente – SCP	(567.067)	(454.655)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.889	5.139
Receita - SCP	1.103.855	852.264

Considerando que o Grupo recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 (c) e 16).

- (ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas, pela realização de eventos.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Onze meses findos em	Exercício findo em	Onze meses findos em
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal (i)	(46.968)	(50.887)	(51.190)	(54.830)
Encargos sociais	(9.871)	(11.455)	(9.895)	(11.493)
Despesas de uso e consumo	(6.626)	(8.005)	(8.700)	(8.247)
Serviços de apoio e limpeza	(26.302)	(29.783)	(28.715)	(29.784)
Serviços de consultoria e auditoria	(5.233)	(16.673)	(9.887)	(18.928)
Serviços de engenharia e manutenção	(14.591)	(16.046)	(15.789)	(16.053)
Serviços de vigilância	(4.370)	(5.260)	(5.916)	(5.325)
Serviços de informática	(5.281)	(3.932)	(5.447)	(3.932)
Publicidade e patrocínio	(2.565)	(9.369)	(2.755)	(9.369)
Eventos e promoções culturais	(1.809)	(12.187)	(1.809)	(12.187)
Despesas tributárias (ii)	(12.255)	(5.565)	(13.467)	(5.621)
Depreciação e amortização	(8.406)	(10.741)	(14.458)	(12.801)
Perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(212)	(3.431)	(212)	(2.091)
(Provisão)/reversão por redução ao valor recuperável (iii)	(108.203)	1.440	(109.638)	1.440
(Provisão)/reversão para contingências (nota 21) (iv)	(25.161)	1.485	(40.143)	1.485
Outras	(7.497)	(5.110)	(7.717)	(5.124)
	(285.350)	(185.519)	(325.738)	(192.860)

- (i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de custos compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.
- (ii) Decorre do reconhecimento do IPTU devido sobre o imóvel denominado Expominas BH. A Codemge regularizou em fevereiro de 2019 a situação do imóvel do Expominas BH que já havia sido transferido à Companhia (à época Codemig) por integralização de capital em 2003. Tal regularização encontrava-se pendente por necessidade de regularização territorial do imóvel. Considerando a característica do Estado de Minas Gerais de imunidade tributária, o imóvel não era objeto de IPTU, contudo, no momento da transferência da escritura a Prefeitura de Belo Horizonte lançou a dívida de IPTU devida dos últimos 5 exercícios no montante de R\$8.806 à Codemge, integralmente paga até a data base dessas demonstrações, uma vez que já era a real possuidora e beneficiária do imóvel.
- (iii) Refere-se às despesas de impairment realizadas em 2019, sendo elas: 1) das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, de propriedade da Fundação João Pinheiro e cedida à Codemge para execução do projeto P7 Criativo no montante de R\$45.468. Até que se consiga demonstrar tal recuperabilidade, os dispêndios da Companhia para a conclusão das obras serão capitalizados e imediatamente provisionados para perda. Para maiores informações, vide nota 14; 2) decorridas de intenção de doação de terrenos para o Estado de Minas Gerais, quais sejam: de terreno desapropriado no entorno da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais (“CAEMG”) uma vez que parte substancial deste terreno foi utilizada para construção da alça do túnel e do túnel de acesso à CAEMG, cuja regularização cartorial ainda encontra-se pendente, de modo que o mesmo está registrado no grupo imobilizado em andamento. O valor do custo de desapropriação deste terreno foi de R\$39.294; e de terreno no bairro Bom Sucesso, Belo Horizonte - MG, cujo custo foi de R\$21.862. Para maiores informações, vide nota 14; 3) de terreno localizado em Ribeirão das Neves, do qual a administração aprovou sua doação ao Estado de Minas Gerais, considerando que o

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mesmo já possui edificações e encontra-se ocupado por órgãos públicos do Estado. Tal terreno se encontra classificado em Estoque de imóveis a comercializar, e teve como impacto de impairment o montante de R\$1.620.

- (iv) No 1º semestre de 2019 foi constituída provisão para contingência no valor de R\$ 22.275 devido a alteração da probabilidade de perda em processo de ação de regresso de desapropriação em que a parte adversa é a empresa Cimento Tupi S.A. Em épocas passadas o Estado de MG desapropriou um imóvel e não deu quitação do valor concordado pela desapropriação. Posteriormente, esse mesmo imóvel desapropriado, já de propriedade do Estado, foi integralizado ao capital social da CDI, empresa incorporada pela Codemig, e a Codemig, posteriormente, vendeu esse mesmo imóvel à Cimento Tupi. A empresa desapropriada conseguiu na justiça que a Cimento Tupi se responsabilizasse pela quitação da dívida de desapropriação, e a Cimento Tupi, por sua vez, acionou a Codemig a se responsabilizar quanto à essa mesma indenização. Considerando o Termo de Indenização e Outras Avenças, a Codemge assumiu tal ônus em nome da Codemig. O valor provisionado é o valor acordado entre as partes da ação, corrigido monetariamente até a data do acordo, e integralmente pago em 2019. Em 31 de dezembro de 2018 este processo estava classificado como probabilidade de perda remota, considerando a confiança da Companhia em nossa tese de defesa. Contudo após a publicação da sentença sobre o caso, a avaliação da probabilidade de perda foi alterada para provável.

25 Gastos com convênios

	Valor do convênio	Valor total repassado até 2019	Valores desembolsados até			
			Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Convênio 3528 - COPASA-MG	750	708	-	628	-	628
Convênio 3668 - SETOP-MG e DER-MG	9.500	9.500	-	4.000	-	4.000
Convênio 3868 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Unai	800	800	-	80	-	80
Convênio 3874 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Diamantina	2.000	2.000	-	200	-	200
Convênio 4034 - SETOP-MG e DER-MG	63.061	61.000	-	4.200	-	4.200
Convênio 4037 - SETOP-MG e DER-MG	13.600	13.600	-	6.600	-	6.600
Convênio 4095 - COPASA-MG	1.839	1.839	-	-	-	-
Convênio 4318 - Instituto Espinhaço	15.715	15.715	-	6.504	-	6.504
Convênio 4404 - Centro Francisca Veras	5.877	5.877	-	2.026	-	2.026
Convênio 4431 - EMATER, EPAMIG e SEAPA	3.982	2.279	-	49	-	49
Convênio 4510 - Prefeitura de Barroso	61	61	-	18	-	18
Convênio 4513 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Bom Sucesso	500	500	-	250	-	250
Convênio 4651 - EPAMIG	252	252	-	148	-	148
Convênio 4662 - Associação Grupo Dispersores	2.139	2.139	-	665	-	665
Convênio 4764 - SEBRAE-MG	16.000	16.000	-	7.000	-	7.000
Convênio 4833 - SESI	2.942	2.942	755	747	755	747
Convênio 5171 - PRODEMGE, BDMG, COHAB, MGS, SEPLAG	1.000	1.000	-	1.000	-	1.000
Convênio 5192 - SETOP-MG e DEER-MG	3.950	2.500	-	1.200	-	1.200
Convênio 5207 - SETOP-MG	2.500	2.500	1.930	-	1.930	-

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor do convênio	Valor total repassado até 2019	Valores desembolsados até			
			Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Convênio 5321 - SETOP-MG	16.000	14.072	-	14.072	-	14.072
Convênio 5328 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Araxá	4.000	4.000	-	2.000	-	2.000
Convênio 5342 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	3.155	3.155	1.614	1.541	1.614	1.541
Convênio 5403 - EPAMIG	150	150	-	150	-	150
Convênio 5418 - FECOMERCIO MG	293	293	-	293	-	293
Convênio 5419 - Fundação TV Minas Cultural e Educativa	600	600	-	600	-	600
Convênio 5446 - Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	5.000	5.000	-	5.000	-	5.000
Convênio 5448 - SETOP-MG e DER-MG	25.000	5.000	-	5.000	-	5.000
Convênio 5449 - SETOP-MG e DER-MG	10.000	2.000	-	2.000	-	2.000
Convênio 5450 - SETOP-MG e DER-MG	600	200	-	200	-	200
Convênio 5451 - SETOP-MG e DER-MG	200	200	-	200	-	200
Convênio 5453 - SETOP-MG e DER-MG	3.193	500	-	500	-	500
Convênio 5454 - Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena	800	800	400	400	400	400
Convênio 5455 - Prefeitura Municipal de Frei Inocêncio	800	800	400	400	400	400
Convênio 5456 - Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	752	752	-	752	-	752
Convênio 5457 - Prefeitura Municipal de Cristália	800	800	-	800	-	800
Convênio 5463 - Prefeitura Municipal de Caratinga	800	800	400	400	400	400
Convênio 5468 - Prefeitura Municipal de Betim	2.500	2.500	-	2.500	-	2.500
Convênio 10337 - Prefeitura Municipal de Juruáia	400	400	200	200	200	200
Convênio 10341 - Centro de Artesanato Mineiro	473	473	-	473	-	473
Convênio 10347 - Prefeitura Municipal de Brasília de Minas	800	400	-	400	-	400
Convênio 10348 - Prefeitura Municipal de Campo Belo	800	400	-	400	-	400
Convênio 10349 - Prefeitura Municipal de Almenara	800	400	-	400	-	400
Convênio 10354 - Prefeitura Municipal de Ipanema	800	800	400	400	400	400
Convênio 10360 - Prefeitura Municipal de Manhuaçu	1.500	750	-	750	-	750
Convênio 10361 - Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Verde	7.500	7.500	2.250	5.250	2.250	5.250
Convênio 10362 - Prefeitura Municipal de Perdões	800	400	-	400	-	400
Convênio 10368 - Polícia Militar de Minas Gerais	1.820	935	477	146	715	220
Convênio 10372 - FAEMG	2.000	2.000	-	2.000	-	2.000
Convênio 10610 - Codemge x SESI	500	500	500	-	500	-
Convênio 10823 - Convênio Semana Int Café 2019	1.146	800	800	-	800	-
	240.450	198.592	10.126	82.942	10.364	83.016

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	Exercício	Onze meses	Exercício	Onze meses
	findo em	findos em	findo em	findos em
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Parcerias	(10.311)	(8.412)	(10.311)	(8.412)
Recuperações de taxas e despesas (i)	20.655	28.289	20.656	28.289
Reversão de <i>impairment</i> , líquida de provisões (ii)	-	-	2.206	1.542
Baixa de bens por doação/inutilização	(758)	(38.109)	(758)	(38.109)
Ganho na aquisição de investimento	-	-	9.068	1.823
Ganho na alienação de imobilizado	989	3.391	989	3.391
Perda na baixa do intangível	(681)	-	(681)	-
Outras	(609)	(520)	(610)	(520)
	9.285	(15.361)	20.559	(11.996)

- (i) A Codemge, conforme apresentado na nota 25, celebra convênios com diversos órgãos do governo, sejam eles do governo estadual ou municipal. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente.
- (ii) Decorre em R\$5.369 da reversão de *impairment* na IAS (R\$3.037) e na Helibrás (R\$2.332) derivados da melhora no cenário econômico do valuation realizado em 2019. Além disso foi ainda reconhecida uma perda de R\$3.163 referente a baixa dos custos de transação capitalizados do IPO, não realizado.

27 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras e da variação cambial do recebimento de arrendamentos de jazidas. As aplicações financeiras possuem como o *benchmark* o CDI, de modo que a flutuação de tal índice influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas enquanto o recebimento do arrendamento foi atrelado à moeda americana, dólar, de maneira que a oscilação do valor do real perante tal moeda impacta diretamente nas receitas ou despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	Exercício	Onze meses	Exercício	Onze meses
	findo em	findos em	findo em	findos em
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas				
Juros recebidos de aplicações financeiras	15.030	9.571	41.868	25.865
Variação monetária ativa	14.136	2.015	7.939	2.200
Juros sobre capital próprio	2.293	4.602	2.293	4.602
Juros debêntures	-	-	2.037	3.736
Outras	256	69	256	69
	31.715	16.257	54.393	36.472

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Onze meses findos em	Exercício findo em	Onze meses findos em
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas				
Juros de mora	(183)	(872)	(183)	(873)
Juros de empréstimos e financiamentos	(24)	-	(27)	(6.558)
IOF	(266)	(323)	(968)	(825)
Variação monetária passiva	(259)	(18.315)	(8.110)	(250)
Outras	(63)	(550)	(76)	(566)
	(795)	(20.060)	(9.364)	(9.072)
	30.920	(3.803)	45.029	27.400

28 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia e suas controladas apresentaram prejuízo fiscal após os ajustes sobre o lucro contábil. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Onze meses findos em	Exercício findo em	Onze meses findos em
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	389.552	349.175	885.237	615.023
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	(4.145)	(7.968)	(4.145)	(7.968)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(131.038)	(116.010)	(299.571)	(206.399)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	(1.063)	375.311	287.482
Resultado com participações societárias	201.630	204.658	(257)	(5.417)
Exclusões / (adições) permanentes, líquidas	(41.066)	(5.733)	(45.376)	1.120
Ativo diferido não registrado (i)	(29.526)	(81.852)	(30.643)	(80.986)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	-	(536)	(4.200)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>0,00%</i>	<i>0,00%</i>	<i>-0,06%</i>	<i>-0,68%</i>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Atualmente a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos por não verificar uma perspectiva de lucro fiscal nos exercícios seguintes, conforme mencionado na nota 2.7 (a). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% (alíquota tributária vigente) de 30% dos lucros projetados (limite de utilização de prejuízos fiscais, conforme regra do benefício fiscal vigente).

29 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	<u>Exercício findo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Onze meses findos em</u> <u>31/12/2018</u>
Operações continuadas		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	389.552	349.175
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>205.221</u>	<u>189.191</u>
Lucro básico e diluído por ação	<u>1.898,21</u>	<u>1.845,62</u>
Operações descontinuadas		
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(4.145)	(7.968)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>205.221</u>	<u>189.191</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	<u>(20,20)</u>	<u>(42,12)</u>

30 Eventos subsequentes

(a) Conversão de ações ordinárias em preferenciais na Codemig

Em Assembleia Geral Extraordinária da Codemig realizada em janeiro de 2020 foram convertidas o montante de 180.433 ações ordinárias da Codemig em ações preferenciais, dentro do limite de 50% (cinquenta por cento) do total de suas ações, nos termos do art. 15, §2º, da Lei 6.404/76, divididas entre os acionistas na proporção de sua participação, perfazendo a conversão de 92.021 ações ordinárias para preferenciais da Companhia e 88.414 do acionista Estado de Minas Gerais.

As ações preferenciais convertidas são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto, exceto quanto às seguintes matérias: (i) transformação, incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão da Codemig; (ii) mudança do objeto social da Codemig; (iii) aprovação e revisão da política de distribuição de dividendos da Codemig, desde que respeitado o direito ao dividendo prioritário atribuído aos detentores de ações preferenciais na forma prevista neste Estatuto Social; (iv) mudança no modo de distribuição de dividendos previsto no artigo 7º do Estatuto Social da Codemig, desde que respeitado o direito ao dividendo prioritário atribuído aos detentores de ações preferenciais na forma prevista neste Estatuto Social; e (v) qualquer alteração do estatuto social que afete os direitos de voto previstos nos itens acima mencionados.

Tais ações remuneram dividendo preferencial fixo no montante de 25% (vinte e cinco por cento) do resultado contábil apurado pela SCP, da qual a CBMM é sócia junto à Codemig, conforme inclusão do §4º no artigo 7º do

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seu estatuto social. O §5º incluído no mesmo artigo determina que o pagamento dos dividendos realizar-se-á respeitando a prioridade das ações preferenciais.

Com tais inclusões, o artigo 10º foi alterado de forma que é assegurado aos acionistas detentores de ações ordinárias, dividendo obrigatório de 70% (setenta por cento) do lucro líquido do exercício após as deduções legais e o pagamento do dividendo prioritário aos detentores de ações preferenciais.

(b) Dividendos

Em reunião da Diretoria da Codemig realizada em janeiro de 2020 foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$133.002, ainda baseados no lucro de 2019. A Companhia, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito à R\$67.831 de dividendos enquanto o acionista Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais nesta data, teve direito à R\$65.171.

(c) Incorporação CODEPAR

Em 2020, houve uma reorganização societária, em que a Codemge incorporou sua subsidiária integral, a Codepar nos termos do Protocolo de Incorporação, aprovado em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de janeiro de 2020 e Assembleia Geral de ambas as Companhias realizadas em 18 de fevereiro de 2020. Foram incorporados todos os elementos ativos e passivos da Codepar, além da incorporação de suas atividades operacionais pela Codemge.

A incorporação faz parte de um processo de reorganização, simplificação e racionalização da estrutura societária e operacional da Companhia, por meio da consolidação das atividades da Codepar na Codemge, proporcionando redução de custos financeiros, operacionais, logísticos e de manutenção de sistemas.

Considerando que a Codepar era uma subsidiária integral controlada pela Codemge e de que se trata de uma reorganização societária entre empresas de controle comum, não é esperado impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sem qualquer impacto financeiro para o Grupo ou no capital social da Codemge.

(d) Antecipações de exportações contratadas pela CBMM

Em março 2020 a Codemig recebeu adiantamentos dos lucros da SCP no valor total de R\$41.379. Esses adiantamentos serão amortizados à medida que o resultado das vendas antecipadas pela CBMM for reconhecido nos resultados da SCP, conforme condições das operações financeiras contratadas pela CBMM. Seguem condições de cada operação contratada:

<u>Operação</u>	<u>Data operação</u>	<u>Parcela Codemig</u>	<u>Prazo</u>	<u>Forma de amortização</u>
ACC 1	23/03/2020	7.952	28/12/2020	1 parcela
ACC 2	23/03/2020	7.952	27/01/2021	1 parcela
ACC 3	23/03/2020	7.952	01/03/2021	1 parcela
ACC 4	24/03/2020	6.258	19/01/2021	1 parcela
ACC 5	24/03/2020	7.823	27/11/2020	1 parcela
ACC 6	24/03/2020	3.442	18/12/2020	1 parcela
		<u>41.379</u>		

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) COVID-19

O Grupo não consegue prever nem mensurar no cenário atual quais serão os impactos da pandemia do COVID-19 sobre suas atividades em decorrência da variedade de segmentos econômicos onde Grupo está inserido e da alta volatilidade das variáveis do mercado (taxas de juros, câmbio, preços, demanda, entre outras).

* * *